



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA RECURSOS AMAZÔNICOS**

ROSA MARÍLIA ROSAS LIRA

O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM

Itacoatiara/AM

2024

ROSA MARÍLIA ROSAS LIRA

O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM

Dissertação apresentada à
Universidade Federal do Amazonas -
Programa de Pós Graduação em Ciência e
Tecnologia para Recursos Amazônicos, como
requisito para qualificação do título de Mestre,
linha de pesquisa L3 – Recursos Amazônicos e
Desenvolvimento Socioambiental.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês
(Orientador – UEA/CESTB - PPGCTRA/UFAM)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L768i Lira, Rosa Marília Rosas
O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo do
recursos naturais: o caso da comunidade Nossa Senhora das
Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara - AM / Rosa Marília
Rosas Lira . 2024
105 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Máximo Alfonso Billacrês
Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos
Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Desenvolvimento rural. 2. Sustentabilidade. 3. Educação. 4.
Imaginário social. 5. Comunidade Nossa Senhora das Graças . I.
Billacrês, Máximo Alfonso. II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia
para Recursos Amazônicos - PPGCTRA



ROSA MARÍLIA ROSAS LIRA

“O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara – AM”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, área de concentração Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Recursos Amazônicos.

Aprovado(a) em 10.05.2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br MAXIMO ALFONSO RODRIGUES BILLACRES
Data: 10/05/2024 12:48:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

Barbara Evelyn da Silva Ferreira

Profa. Dra. Bárbara Evelyn da Silva Ferreira

Priscila Eduarda D. Morhy

Profa. Dra. Priscila Eduarda Dessimoni Morhy

Rua Nossa Senhora do Rosário, 3863, Tiradentes. CEP: 69103-128 – Itacoatiara/AM

Telefone: (92) 99271-8661 e-mail: secretariappgctra@ufam.edu.br

DEDICATÓRIA

In Memoriam de Maria do Desterro Barros de Lira Rosas – minha saudosa e querida mãe, pelo exemplo de dignidade, honradez, resiliência, ética, fidelidade, caráter e fé, Sua lembrança me inspira a lutar pelos sonhos. Saudade eterna.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar a minha eterna gratidão:

A Deus, pois a minha fé sempre foi e será sempre inabalável no Ser Supremo e Criador de tudo, pela saúde, perseverança, discernimento e proteção durante esta trajetória.

Aos meus pais: Maria do Desterro Barros de Lira Rosas (in memoriam) por ser a minha eterna inspiração de vida pelo seu legado deixado aqui neste plano terrestre e ao meu pai Firmino Pereira Rosas por ser presente na minha vida em todos os momentos e um grande apoiador para a realização dos meus projetos pessoais e profissionais.

Aos meus irmãos: Maria do Carmo Rosas Nogueira, Robert Langlady Lira Rosas e Firmino José Lira Rosas, pelos momentos de troca de experiências sobre o tema da minha pesquisa, pelo carinho, respeito, compreensão e por serem meus grandes parceiros e amigos na minha trajetória de vida.

Ao meu esposo Ney Roberto Moura Lira, pelo companheirismo, compreensão pelos momentos de ausência ao me dedicar aos estudos, e por ser um ouvinte maravilhoso nos momentos de compartilhamento dos desafios diários para chegar até este momento.

Ao meu orientador, professor Doutor Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês, pela competência em gerir as orientações e alinhamentos do processo da minha pesquisa com maestria e respeito.

Aos agentes educacionais da Escola Anília Nogueira pela aceitação e acolhida da realização da pesquisa e por toda a contribuição no decorrer do processo de visitas, do trabalho de campo e coleta de dados.

À comunidade Nossa Senhora da Graças na Costa da Conceição, representada pelos seus moradores, que me receberam com muito respeito e foram parceiros no compartilhamentos de informações sobre a comunidade e na participação efetiva da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES – pela contribuição no investimento financeiro dos processos da pesquisa.

À Coordenação e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos pela seriedade e compromisso com os quais conduzem os seus trabalhos na missão árdua de incentivar a pesquisa científica.

*Não se pode criar experiências. É preciso
passar por elas.*

(CAMUS, Albert, 2013)

RESUMO

Esta pesquisa que tem como tema “O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição Itacoatiara/AM é importante por se tratar de uma temática socioambiental e educacional frente à uma comunidade ribeirinha. Conhecer o imaginário social dos professores e demais agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva sobre o desenvolvimento rural sustentável é fundamental para proporcionar melhorias na gestão das práticas do uso adequado da terra e dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade, para a redução da pobreza e para a readequação curricular e de práticas pedagógicas que levem em conta as necessidades da comunidade ribeirinha em questão. Neste contexto as hipóteses científicas são: Como é o imaginário social dos agentes educacionais na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição/Itacoatiara sobre desenvolvimento rural da comunidade? Considerando a riqueza de recursos naturais na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição, qual é o papel da escola quanto ao desenvolvimento rural sustentável desta comunidade? A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como é o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, localizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição/Itacoatiara, sobre o manejo dos recursos naturais e a atuação da escola no desenvolvimento rural sustentável. Os objetivos específicos são: Caracterizar socioeconomicamente os comunitários da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição; Identificar a percepção dos professores atuantes na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na Comunidade Nossa Senhora das Graças, Costa da Conceição/Itacoatiara, sobre o manejo de recursos naturais no desenvolvimento rural sustentável da comunidade e Identificar o papel da escola no desenvolvimento rural sustentável na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara. A metodologia abordou a perspectiva qualitativa do tipo estudo de caso. A análise documental foi realizada no documento norteador das ações definidas pela instituição e sua comunidade escolar, que é o Projeto Político-Pedagógico, e trouxe um panorama de como a escola se relaciona com o contexto socioambiental, com o manejo dos recursos naturais da comunidade e de como pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável na comunidade em que está inserida, pois nesta comunidade há a interatividade com a escola e há um grande potencial de recursos naturais. Quanto aos impactos esperados na área do conhecimento, ambiental e social é a de que o presente estudo possa contribuir para a construção de conhecimentos individuais e coletivos e a criação de capacidades humanas, técnicas, culturais, políticas que permitam à população rural, ribeirinha, agir para transformar e melhorar suas condições de vida.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; sustentabilidade; educação; imaginário social; Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição; Itacoatiara-AM

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Imagem da Comunidade Nossa Senhora das Graças – Costa da Conceição – Localização.....	32
Figura 2. Reunião de pais com a pauta de elaboração do Projeto Político-Pedagógico.....	34
Figura 3. Reunião com os agentes educacionais (gestor e professores) sobre o PPP.....	34
Figura 4: Visita à Escola Estadual Anília Nogueira da Silva	39
Figura 5: Registro fotográfico da escola na época da enchente	40
Figura 6. Croqui da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição.....	44
Figura 7: Pontos importantes da comunidade Nossa Senhora das Graças	46
Figura 8: Momento cívico da escola sobre a Semana da Pátria 2023	54
Figura 9: Ações pedagógicas realizadas pela escola.....	54
Figura 10- Atividade do dia da árvore.....	62
Imagem 11. Reunião com os agentes educacionais para apresentação do projeto de pesquisa	69
Figura 12. Reunião com os agentes educacionais: pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na Escola Anília Nogueira	71
Figura 13. Reunião de pais, responsáveis e professores da escola Anília Nogueira	71
Imagem 14. Horta de plantas medicinais.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero dos entrevistados.....	47
Gráfico 2. Faixa etária dos entrevistados.....	48
Gráfico 3. Nível de escolaridade	49
Gráfico 4. Fonte de renda principal dos entrevistados	49
Gráfico 5. Fonte de renda secundária dos entrevistados	50
Gráfico 6. Auxílio financeiro do governo federal dos entrevistados.....	51
Gráfico 7. Renda familiar dos participantes da pesquisa entrevistados	51
Gráfico 8. Recursos naturais em abundância na comunidade de acordo com os entrevistados	63
Gráfico 9. Principais problemas socioambientais existentes na comunidade	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantitativo de estudantes matriculados por série e turno na E.E. Anília Nogueira - 2024	41
Quadro 2. Estrutura física da escola	42
Quadro 3. Servidores lotados na escola	43
Quadro 4. Conceito de Educação formal, Educação Não-Formal e Educação Informal	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuária e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI N 9394/96

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Ações Unidas

PPP – Projeto Político-Pedagógico

RCA – Referencial Curricular Amazonense

SEDUC – Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas

PNE – Plano Nacional de Educação

SIGTEAM – Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO	17
Objetivos	19
Referencial teórico	19
Metodologia	30
CAPÍTULO 1: caracterização histórica da comunidade e as ações da escola anília nogueira da silva sobre o uso pedagógico de recursos naturais da comunidade	38
CAPÍTULO 2: o imaginário social dos agentes educacionais da escola anília nogueira sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável	57
CAPÍTULO 3: as contribuições da escola para as boas práticas no uso dos recursos naturais	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICES	84

INTRODUÇÃO

As escolas ribeirinhas possuem um papel extremamente importante para o engajamento socioambiental em virtude das vivências das múltiplas relações que se estabelecem cotidianamente como o território, com os recursos naturais espaço de socialização seus processos de interatividades com o meio e com os saberes. São instituições que pelo fato de estarem localizadas em uma área rica em recursos naturais desenvolvem uma relação com a sua comunidade escolar intensa com a sua pluralidade cultural, social e ambiental.

Neste contexto, destaca-se a estatística da população em fase escolar que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2021 mostrou uma população residente no Município de Itacoatiara/AM atingindo 104 mil habitantes, sendo 29.272 residentes em áreas rurais, com distribuição entre 208 comunidades. Sobre a educação básica, consta que há 03 escolas da rede estadual que funcionam com o ensino regular com um total de 991 estudantes matriculados e mais 1.805 estudantes matriculados no Ensino Mediado tecnológico distribuídos nas vicinais e áreas ribeirinhas. Já pela rede municipal, há 9.003 estudantes matriculados nas áreas rurais. Quanto aos docentes que trabalham em escolas dessas áreas, há 199 no ensino médio e 1.018 no ensino fundamental. Portanto, há um total de 12. 817 estudantes matriculados na zona rural e 1.217 docentes lotados em escolas da área rural. (BRASIL, 2021).

Esses números chamam atenção para a existência de uma comunidade escolar extensa em Itacoatiara/AM e cabe considerar que uma parte dela se situa na zona rural e que atende parte de uma população que faz parte da comunidade ribeirinha. O professor que atua nas escolas do interior exerce um papel fundamental na troca de saberes porque passa o ano todo lidando com a realidade das comunidades e ainda ministra suas aulas de acordo com uma estrutura curricular, que conforme as considerações de Brígida e Ramos (2020) necessitam de uma adequação à realidade amazônica:

Essa diversidade do ser amazônico está intrinsecamente ligada ao contexto educacional que necessita, em seus currículos, abordar a riqueza cultural, social e plural, principalmente na educação ribeirinha, que está relacionada ao contexto dos rios, florestas e solos.

A necessidade de um currículo ribeirinho é de extrema importância e urgência, já que as práticas pedagógicas que se aplicam a uma realidade urbana, nem sempre são adequadas à realidade ribeirinha, pois o currículo urbano não atende às necessidades de quem mora em uma comunidade rodeada por rios. As culturas, costumes e práticas socioculturais são diferenciadas, e encontram-se em realidades opostas (p. 204).

Nessa perspectiva, surgiu a demanda de conhecer o imaginário social dos professores da educação básica localizada na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora Graças na Costa da Conceição em Itacoatiara/AM na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva sobre o manejo de recursos naturais no desenvolvimento rural sustentável. Destaca-se que o imaginário social, de acordo com Carvalho (1987), é “constituído e se expressa por ideologias utopias, por símbolos, alegorias, ritos e mitos. Esses elementos repercutem em visões de mundo. A ideia de pertencimento também permeia as perspectivas desta pesquisa, pois como destaca Morthy (2018), “...se dizer pertencente a algo ou a alguma coisa, é estar conectado ao outro, a um lugar ou ao meio ambiente e aos recursos naturais, se enquanto ser humano não me conecto ao meio, as ações destrutivas perante à natureza não me afetam”.

A comunidade apresenta um grande potencial de recursos naturais que fazem parte diretamente da vivência das pessoas dessa comunidade. Dentre o grande potencial de recursos naturais, destacam-se o hídrico, que são os rios e lagos; a diversidade de peixes típicos da nossa região, como jaraqui, pacu, sardinha, tambaqui, pirarucu, tucunaré e pescada e árvores frutíferas, como banana, graviola, taperebá, maracujá, goiaba, melancia e cacau.

A escola em questão está em processo de desenvolvimento e já possui uma maior abrangência de público local com os níveis de ensino ofertados, pois atualmente oferece à comunidade o Ensino Fundamental anos iniciais e finais e o Ensino Médio mediado pelo tecnológico. Assim destaca-se a necessidade em poder contribuir com esta pesquisa para que se tenha subsídios para efetivar uma escola atuante na troca de saberes com a comunidade ribeirinha sobre o manejo de recursos naturais com foco no desenvolvimento rural sustentável.

Portanto, esta pesquisa tem a sua relevância porque essa escola atuante, a princípio da comunidade citada anteriormente, pode colaborar com as universidades promovendo avanços na pesquisa relacionada ao campo da educação e a sustentabilidade e no desenvolvimento rural sustentável, com práticas pedagógicas dos agentes educacionais (equipe diretiva e professores) e do manejo responsável dos recursos naturais. Além disso, pode contribuir para as melhorias nas práticas pedagógicas dos professores e na implementação de políticas públicas e construção do conhecimento multidisciplinar.

Nesse contexto, a pergunta norteadora dessa pesquisa é: Como é o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara -AM- sobre o manejo de recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável?

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar o imaginário social dos agentes da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva da Comunidade de Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição no município de Itacoatiara – AM sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável.

Objetivos específicos:

- ✓ Caracterizar socioeconomicamente os comunitários da Costa da Conceição.
- ✓ Conhecer a percepção ambiental dos agentes educacionais atuantes da escola Anília Nogueira da Silva sobre manejo de recursos amazônicos e desenvolvimento rural.
- ✓ Identificar o papel da escola no desenvolvimento rural sustentável na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara – AM.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico discutiremos os conceitos e categorias relevantes desta pesquisa.

Imaginário Social

De acordo com Maroun e Vieira (2007), o imaginário é baseado na ideia de pertencer a algo, compartilhando uma filosofia de vida, linguagem, atmosfera e visão de mundo. Sendo assim, o imaginário social é equivalente ao imaginário, pois só pode ser percebido quando é compartilhado coletivamente.

Assim sendo, um conjunto de representações, ideias, crenças e valores compartilhados por um grupo de indivíduos, que influenciam suas percepções e comportamentos em relação à sociedade e ao mundo ao seu redor.

Fundamentado nos estudos sobre o imaginário social, a escola é situada como uma instituição que busca resgatar uma de suas características fundamentais, que é a produção de significados (OLIVEIRA, 1993). No contexto das pesquisas relacionadas à educação escolar, Oliveira (1993, p. 138) ressalta:

Há necessidade de iniciarmos a investigação das questões relacionadas à educação escolar, tendo como base um novo paradigma que traz para a análise o universo simbólico, o universo imaginário instituído socialmente. O conjunto de crenças, mitos, sonhos, valores, aspirações que cada grupo carrega nas relações que estabelece, nos diferentes lugares e espaços que ocupa e que caracteriza esse universo imaginário.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a escola desempenha um papel indispensável como representatividade de um espaço de discussão, reflexão e ação sobre questões que dizem respeito à vida.

Assim, ser uma escola engajada em questões socioambientais é comprometer-se com uma abordagem abrangente da educação, pautada em um processo pedagógico participativo que busca contribuir com os estudantes no que tange à criticidade quanto aos problemas ambientais e incentivá-los a ter uma educação preocupada não apenas voltada para o seu bem-estar individual, mas também com a transformação moral da sociedade.

Os novos rumos da educação visam formar alunos com responsabilidade ambiental e social, pois cuidar do ambiente em que vivemos implica pensar na sociedade como um todo.

A forma como uma determinada comunidade se relaciona com o que está ao seu redor e faz parte do seu cotidiano familiar e social, com o seu ambiente físico requer uma atenção especial, pois de acordo com Yu-Fi Tuan (1980, P. 2), “...as atitudes e as crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental”.

Contribuir para que haja nas relações socioambientais uma autocompreensão também é importante para que as relações sejam favoráveis ao processo de desenvolvimento de um determinado povo, de uma determinada comunidade, ou seja, de um coletivo, pois conforme Yu-Fi Tuan defende em sua obra *Topofilia*, “...sem a autocompreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais”. (p. 01)

Yu-Fi Tuan (1980. P. 15), ressalta ainda que “estamos bem conscientes de que os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente”. E isso é relevante para uma discussão acerca de que o contexto histórico traz informações diferentes sobre a vivência e construção de uma identidade de uma determinada comunidade. As concepções acerca das questões culturais, históricas, educacionais e ambientais são distintas, porém importantes para a qualidade de vida de pessoas que vivem em algum lugar.

Quanto à preferência ambiental de uma pessoa Yu-Fi Tuan (1980) destaca que para que haja a compreensão dessa preferência é importante conhecer a herança biológica, história

cultural educação, trabalho, criação e arredores físicos, bem como as experiências de um grupo no seu contexto de ambiente físico.

É interessante ressaltar que as percepções de um determinado ambiente podem variar entre as pessoas que são visitantes e as pessoas que são nativas ou locais. Como mencionado por Yu-Fi Tuan, "o visitante e o nativo formam uma parte mínima da população total". Isso significa que suas perspectivas e experiências podem ser diferentes devido à sua relação com o ambiente em questão.

Desta forma, cada pessoa percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive.

Durand (1995), trata sobre o imaginário social ao afirmar que a consciência possui duas formas de representar o mundo: uma delas é direta, onde a própria coisa dá a impressão de estar presente no espírito. A outra forma já é indireta, onde a "coisa" ausente está representada na consciência por alguma imagem.

Assim, os artifícios que são ativados no segundo exemplo estão em destaques quanto aos processos que identificam os sujeitos que são históricos e é em detrimento deles que há a construção do imaginário social. Desta forma, a produção de sujeitos sociais consolidada pode ser pensada como a instituição de comunidades imaginadas.

Essas comunidades imaginadas precisam ser consideradas em qualquer circunstância de relações entre homem e o mundo real. São essas comunidades que possibilitam os seres humanos a participarem por meio dos sinais da construção de conceitos sobre o espaço em que ocupam, vivem e agem, ou seja são as formas de enraizamento do imaginário nos processos que constituem a existência social.

Percepção Ambiental

A percepção ambiental pode ser conceituada como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem. Desta forma compreende-se que a percepção ambiental é o ato de perceber o ambiente do qual faz parte e aprender a proteger e a cuidar do mesmo.

Na perspectiva do autor Gonçalves (2003), a percepção ambiental e a educação surgem como armas na defesa do meio natural e contribuem para a reaproximação do homem da natureza, permitindo um futuro com muito mais qualidade de vida para todos, já que desperta uma maior responsabilidade e compromisso a respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem. Este sentimento de pertencimento do homem em relação ao espaço natural onde vive gera, certamente, uma atitude de defesa daquele lugar.

Amorim Filho (2003) ressalta que os elementos de composição social como o histórico, o cultural, o socioeconômico e a situação dos recursos econômicos são elementos de composição importantes para a relação homem e ambiente e precisam estar no topo dessa reflexão.

Para Pacheco e Silva(2007) a percepção ambiental é relevante por colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas e também para um melhor entendimento das relações entre homem e ambiente, suas expectativas, satisfações, insatisfações, julgamentos.

Os estudos sobre Percepção Ambiental lidam diretamente com o homem, sua cultura, suas manifestações, suas raízes “[...] o ser é, existencial e primordialmente, afetividade, comunicação e compreensão. Lançado no mundo, o homem percebe-se e torna-se humano no contato com os outros homens, afetado pelo que desse convívio descortina.” (GARNICA, 1997. p.02).

Vários autores, como Oliveira e Corona (2011); Pacheco e Silva (2006); Ianni (2001) e Hiltzer (1993), conceituam percepção ambiental, mas vale ressaltar que, todos eles apresentam um ponto em comum, que é a questão das relações entre o homem e o meio ambiente, como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera do seu meio, como o utiliza e sua ação cultural sobre esse meio, como se relaciona com o seu meio. Sobre este ponto Whitehead afirma, que:

a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção sensível, estamos cômnicos de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. Essa propriedade de ser auto-contido com relação ao pensamento está na Base da ciência natural... cujas relações mútuas prescindem da expressão do fato e do que se pensa acerca das mesmas. (WHITEHEAD, 1994, p. 09).

Cada indivíduo ou comunidade tem percepções diferentes do meio ambiente de acordo com suas necessidades, cultura e contexto temporal. Essas percepções são influenciadas por crenças, costumes e valores, moldando a forma como enxergamos e interagimos com a natureza (TUAN, 1980).

A paisagem, como resultado desse processo social de construção de imagens, deve ser compreendida em seu contexto completo, não apenas como uma beleza visual, mas como um reflexo das relações humanas e sociais que a acompanham (LACOSTE, 1995)

Considerando então, a importância dos estudos de percepção ambiental para realização de projetos de intervenções em comunidades que já forma afetadas por empreendimentos que

não cultivam a sustentabilidade ou que ainda não desenvolvem projetos nesta perspectiva, Leite (2009), destaca que:

Ao mesmo tempo o levantamento da percepção com os atores envolvidos em determinada realidade ambiental, legitima o estudo de avaliação e os futuros projetos de intervenção de uma determinada realidade; busca elucidar as relações de causa e efeito, com a finalidade de subsidiar a escolha de soluções para os projetos; é também uma poderosa ferramenta de trabalho, facilita a avaliação de processos sociais, no interesse de constatar a situação atual dos problemas presentes no meio ambiente, de modo a enriquecer o processo decisório. (LEITE, 2009).

As nossas visões de mundo, do ambiente físico, natural são construídas socialmente e se diferem de acordo com cada realidade, cultura, com as experiências perceptivas, com os conceitos e valores incutidos, o que traz como consequências as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca.

A relação da nossa espécie com o meio ambiente, produto da percepção que tem dele, sobretudo de si mesma, sofreu uma revolução interessante e relativamente pouco estudada, mas consideramos que deve ser exposta aqui, pois permite, com maior clareza, tanto a nova dimensão da problemática ambiental como os enfoques necessários para reorientar nossa relação com o mundo. (DÍAZ, 2002. p. 23)

Diante o exposto, destaca-se que os estudos de percepção ambiental são de extrema importância para as escolas, principalmente as que são localizadas em comunidades ribeirinhas. Essas comunidades têm uma relação íntima com o ambiente natural ao seu redor e dependem dele para sua subsistência e para a qualidade de vida.

Nesse sentido, a compreensão de como os moradores dessas comunidades percebem e interagem com o ambiente é essencial para a efetivação de práticas educacionais relevantes, que atendam à realidade da comunidade da qual faz parte. Ao considerar as percepções locais, as escolas podem promover uma educação ambiental que valorize os conhecimentos tradicionais, respeite a cultura e os modos de vida das comunidades ribeirinhas e incentive a conservação dos recursos naturais e que trace planos e projetos para as próximas gerações.

Além disso, os estudos de percepção ambiental podem ajudar a identificar desafios enfrentados por essas comunidades e oportunizar o planejamento de ações educativas efetivas que promovam a sustentabilidade e o empoderamento local, o que se for considerado em seus documentos formais, norteadores, trarão, certamente, resultados significativos para a sua comunidade local.

Desenvolvimento Rural Sustentável

No contexto da percepção ambiental e das relações entre o homem e o ambiente, a escola desempenha um papel fundamental ao promover o desenvolvimento rural sustentável. Ao sensibilizar os estudantes para a importância da preservação e conservação dos recursos naturais, da agricultura sustentável e do uso responsável desses recursos, a escola pode mobilizar ações que os envolvam para o exercício de práticas que incitem mudanças em suas comunidades. Além disso, a escola pode incentivar o uso de práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a diversificação de cultivos, promovendo a segurança alimentar, a saúde e o bem-estar das pessoas locais.

A expressão “desenvolvimento sustentável” tem suas origens pautadas na Conferência de Estocolmo, que aconteceu em 1972, precedida naquele momento por diversas reuniões pelo mundo. Tais reuniões oportunizaram inúmeros trabalhos, bem como relatórios, dentre eles, o Relatório de Founex, que evidencia o binômio meio ambiente x desenvolvimento, determinando uma perspectiva intermediária entre as seguintes vertentes: a abordagem reducionista do ecologismo intransigente e o economicismo estreito e rigoroso (SACHS, 1993)

De acordo com Sachs (1997), “o ecodesenvolvimento integra diversos aspectos, não se limitando a aspectos estritamente ambientais. Esse conceito incorpora, além do econômico, o social e o ambiental na busca do verdadeiro desenvolvimento”. Neste contexto, o autor elaborou um novo conceito de desenvolvimento, que é o “desenvolvimento sustentável”. Assim, surgiu o tripé do desenvolvimento sustentável hoje proclamado, que é: o desenvolvimento deve ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto” para ser considerado sustentável.

Para Veiga (2001, p.67):

a efetiva construção de um desenvolvimento sustentável deve partir da emancipação/equidade social e preservação/conservação do meio ambiente onde o crescimento econômico esteja aliado ao bem estar social e a sustentabilidade ambiental, mantendo sua capacidade produtiva ao longo do tempo, atendendo as necessidades das atuais e futuras gerações Dessa forma, o desenvolvimento sustentável tem como viés central o avanço na qualidade de vida da população respeitando os limites de capacidade dos ecossistemas.

Neste sentido, enfatiza-se que não há desenvolvimento sustentável baseado apenas no crescimento econômico, onde os ecossistemas são vistos como “recursos” naturais ilimitados, e a sociedade como “mão-de-obra” disponível para o mercado, mas que é possível utilizar os recursos naturais com comprometimento de não esgotar tais recursos em prol de interesses particulares.

Costabeber e Caporal (2003, p.03) defendem o desenvolvimento rural sustentável como um processo gradativo de mudança que “encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental”

Um ponto relevante quando se trata do tema desenvolvimento sustentável é a ideia de produção e consumo, baseada na afirmação de Karl Mark (1988), já que esta ideia se caracteriza pelo esgotamento e a contaminação dos recursos naturais provindos dessa relação desordenada, o que gera abismos sociais entre as nações e a ocupação de espaços diferenciados pautados nas decisões de quem ocupa esses espaços. Cada vez mais fica evidente que essa relação entre produção e consumo deve ser tratada num outro contexto diferente do que se vivencia, ou seja, com compromisso, técnicas adequadas, com a perspectiva do desenvolvimento sim, mas sustentável.

Dessa forma, considera-se que uma comunidade local pode ser um espaço que propicia um desenvolvimento rural sustentável que deve ser cultivado com racionalidade. Esse fato acontece sob a justificativa de que as ações que poderão levar a esse tipo de desenvolvimento serão justamente as respostas que uma comunidade local dá sobre os problemas que vivenciam no cotidiano e com isso, também as possíveis soluções que ela irá propor no que tange à produção, à ocupação do espaço, ao consumo e ao aproveitamento local de suas riquezas naturais e humanas.

Quanto ao aproveitamento local das potencialidades dos recursos naturais, SACHS (1997) apresenta uma abordagem sobre a importância do empoderamento das comunidades locais e o reconhecimento de suas iniciativas para o desenvolvimento dentro de comunidades rurais, a de que é necessário valorizar e refletir sobre a experiência cotidiana dos agentes educacionais, pois o processo de reapropriação do saber comum diante de uma base científica proporciona surgimento de novas indagações, no qual o conhecimento é construído.

Caldart (2008) cita que “ o processo gradativo de pertencimento, de aproximação da escola e de seus sujeitos com a comunidade local é essencial. O intuito é fazer a relação entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento escolar e o conhecimento popular”.

Portanto, a escola conhecer as potencialidades e riquezas dos recursos naturais de uma comunidade e desenvolver um trabalho de informação e sensibilização para a causa já pode ser um passo para o trabalho gradativo de implementação de um desenvolvimento rural sustentável, responsável, comprometido.

Educação do Campo

Abordar Educação do Campo no cenário escolar atual tornou-se indispensável, pois sabemos que seu currículo deve abranger não apenas a produção de alimentos, mas também aspectos culturais, identitários, políticos e econômicos do local de vivência dos estudantes. Para que a escola no campo seja verdadeiramente do campo, é essencial estabelecer uma relação próxima com a comunidade local, promovendo o diálogo entre os conhecimentos escolares e o saber popular. Dessa forma, é possível construir uma educação contextualizada e significativa para os estudantes rurais.

Vale destacar que quando se trata de educação no campo há as populações caboclas ribeirinhas, que segundo Hage (2011), pautado na ideia de Gonçalves (2006), são as mais características da Amazônia e em suas práticas, estão presentes as culturas que vêm dos diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras.

Esse tipo de população acima citada desenvolveram todo um saber na convivência natural com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural. Eles possuem uma visão e uma prática nas quais o solo, a floresta e o rio se apresentam como interdependentes, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinado essas diferentes partes dos ecossistemas com agricultura, extrativismo e pesca.

Neste contexto, destaca-se que nestas comunidades ribeirinhas, os agentes educacionais lidam com este tipo de cultura e no currículo formal há a presença ainda tímida dos ecossistemas, porém a realidade é marcante e interfere em suas práticas educacionais.

Assim, Hage (2011) nos apresenta um pensamento interessante quanto à inserção no âmbito da educação do campo como espaço de pesquisa e intervenção e que tem oportunizado a explicitação de nosso posicionamento a favor da afirmação de novos horizontes de sociabilidade, pautados em experiência negativa, que forja a territorialidade no campo da Amazônia.

Esta ideia traz como protagonistas diversos sujeitos coletivos, como os movimentos sociais populares do campo, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, da floresta, que se colocam no cenário mais recente em disputa pelo reconhecimento de seus territórios e dos seus modos de vida, demarcando uma cartografia de novas territorialidades de esperança e de contestação ao modelo de desenvolvimento dominante que ainda há até os dias atuais.

No cotidiano de suas relações sociais, as populações da Amazônia vivenciam situações próprias de trabalho e produção; enfrentam particularidades nos diversos ambientes em que vivem; possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos e saberes que se constroem e reconstroem nas práticas de formação pessoal e coletiva, na vivência e convivência nos vários espaços sociais em que participam.

Desta forma, todos, sem exceção, da comunidade escolar: professores, estudantes, pais e responsáveis, representantes da comunidade e de movimentos e organizações sociais, podem e devem envolver-se na construção das políticas públicas e práticas curriculares para as suas localidades. Eles têm muito a expressar, a ensinar e aprender nesse processo que deve ser materializado com a participação dos sujeitos, das populações e movimentos sociais e não viverem de imposições e pautados em modelos que não permitem contribuir para a construção de um espaço que não valoriza os seus recursos naturais como fonte de qualidade de vida.

Nesta perspectiva, enfatiza-se que construir uma escola do campo é garantir o direito à educação ao homem do campo no lugar onde ele mora, sem precisar ir para a cidade em busca desse direito. A esse respeito, Arroyo afirma que “o que mais impressiona nos dados sobre a Educação do Campo é uma histórica vulnerabilidade desse direito. É negado o direito à educação ou lhes é garantido o mínimo do mínimo por uma única razão: viverem no campo” (2004, p.100).

Daí a importância das escolas replanejarem os seus currículos e aproximarem o seu trabalho ao que é real, ao que é válido para a construção de espaços de inclusão e valorização da sua comunidade local. É proporcionar vez e voz às populações ribeirinhas, considerando às suas particularidades. A educação na Amazônia, no campo, nas comunidades ribeirinhas deve ser construída a partir do específico, do local, da cultura e da riqueza de recursos naturais que compõem essa região.

Nesta óptica, não se pode esquecer que a cultura no processo de construção da identidade do povo amazônico é um traço marcante e é preciso situá-la na sua relação com os processos educativos e no conjunto das relações sociais. Um exemplo disto é que a identidade do ribeirinho também se constrói na sua relação com o rio, que é considerado um

espaço de vida e de luta pela sobrevivência. Sobre este fato, Araújo (2003, p.36), afirma que “As direções das águas dos rios da Amazônia traçam os rumos de sua civilização.”

Assim, é importante compreender que a educação está imbricada na dinâmica da vida cotidiana, ou seja, ela tem relação direta com a natureza. Tudo é educação, pois é nessa relação que se reafirmam os valores, o modo de vida e o sentimento de pertencimento ao lugar. A educação no campo necessita com urgência da implementação de políticas públicas que considerem os aspectos da atual realidade em que não mais cabem as relações de exploração dos recursos naturais, dos recursos que podem garantir a qualidade de vida da gerações atuais e da futuras gerações.

Enfim, neste contexto da Educação do Campo, enfatiza-se a necessidade de mais investimento na área da pesquisa sobre as escolas ribeirinhas para que se possa realmente ter um currículo adequado e também a captação de recursos devidos. Tais escolas são cheias de sentidos, de significados, de riquezas de sentimentos, pois como retrata Brandão (2014, p.24) é o “contexto é onde as pessoas estão juntas, vivem juntas e aprendem a viver juntas. É onde se planta e se colhe o milho e é onde está a minha casa com a minha família”.

Os povos ribeirinhos produzem conhecimentos tradicionais pautados nas suas vivências ambientais, culturais econômicos, religiosos que partem de uma sociedade não urbana, não industrial. Como as escolas são instituições com uma grande influência social, na formação integral das pessoas, não podem vivenciar experiências desvinculadas deste contexto rico, mas ainda muito desconsiderado do universo da educação formal, sistematizada.

Educação Ambiental

A educação ambiental vem obtendo maiores proporções no âmbito escolar. Regida pela Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, destaca, dentre outros, os objetivos, conceitos, princípios e a sua forma de relação com a educação escolar. Os artigos 1º e 7º explicam o que se entendem por educação ambiental e as esferas de ação, conforme o texto dos artigos em questão abaixo:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 7 ° A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Com uma responsabilidade atribuída a todas as esferas públicas municipais e federais, a educação ambiental nos espaços escolas passou a fazer parte do currículo formal da Educação Básica e a ser trabalhada de forma interdisciplinar. Um dos principais objetivos do trabalho com o tema é a mudança de comportamento frente aos desafios socioambientais, da minimização dos danos ambientais provocados pela ação humana e a efetivação de práticas de sustentabilidade. Nesta ótica, um trecho publicado sobre um fórum da Cúpula das Américas destaca que:

A educação ambiental para a sustentabilidade deve permitir que a educação se converta em uma experiência vital, alegre, lúdica, atrativa, criadora de sentidos e significados, que estimule a criatividade e permita redirecionar a energia e a rebeldia da juventude para execução de projetos de atividades com a construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, mais equitativa, mais solidária democrática e mais participativa e na qual seja possível a vida com qualidade e dignidade. (Cúpula das Américas, 1998)

Considerada no currículo formal das escolas como um conjunto de ações sustentáveis, com foco na proteção e uso racional dos recursos naturais, a educação ambiental precisa promover a formação crítica das pessoas, com compromisso com o Planeta e as gerações atuais e futuras. A vivência nos espaços educacionais com práticas de sustentabilidade precisa ser realmente concreta, não tida como uma mera obrigação de cumprimento de leis e currículos, mas com ações de valorização das vidas.

Quantos aos avanços no campo das políticas públicas, podemos citar a **Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas-** que implicam em atribuições para cada país em vários eixos de indicadores de qualidade de vida. Quanto às questões ambientais e de sustentabilidade no campo da educação ambiental, na agenda em questão com **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** com 169 metas que devem ser alcançados até 2030, enfatizamos: a energia acessível e limpa, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, combate às alterações climáticas, vida debaixo d'água e vida sobre a terra, que são abordadas no contexto escolar ainda de forma mínima, porém com grande potencial para avanços e transformações.



Fonte: Docs ONU (2015)

Portanto, é possível realizar no âmbito escolar um trabalho que possa assegurar reflexões e a promoção de padrões de consumo sustentável, proteção dos ecossistemas, medidas para minimizar os impactos globais com a definição nesse longos anos de pactos e políticas públicas.

Ainda em se tratando de educação ambiental, merece destaque quanto aos avanços na definição de nossas propostas temáticas e curriculares a construção realizada com a participação de profissionais da área da educação básica e superior de instituições públicas e particulares do Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio. Merece destaque que este documento visa resgatar e valorizar as identidades dos povos amazônidas.

No contexto das Ciências Ambientais, o RCA, de acordo com Brasil (2015), tem a finalidade de oportunizar aos estudantes o compromisso com a sustentabilidade e defesa do meio ambiente, bem como propor soluções para o enfrentamento de desafios locais e/ou globais no que diz respeito às condições de vida e ao meio ambiente.

METODOLOGIA

Perspectiva, tipo e técnicas de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida pautada na perspectiva qualitativa do tipo estudo de caso e teve como técnicas de pesquisa a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação científica consiste em um escrutínio empírico e sistemático que se baseia em dados, logo a investigação científica preenche esses requisitos e os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, documentos, dentre outros. Bogdam e Biklen (1994) ressaltam que na busca pelo conhecimento, os pesquisadores qualitativos tentam analisar os dados em toda a sua riqueza,

respeitando ao máximo a forma em que eles foram registrados ou transcritos; tendo em vista que tudo isso pode levar a compreensão de um objeto de estudo.

A pesquisa do tipo estudo de caso, para Yin (2010) pode contemplar um único caso ou casos múltiplos, sendo que para realização dessa pesquisa, escolheu-se um único caso que envolve apenas uma comunidade e uma escola da Zona Rural. Yin (2010). O autor sustenta que as evidências científicas em pesquisas com estudo de caso, independente se é de caso único ou não, são mais robustas, e neste contexto vale enfatizar que envolve uma comunidade escolar e este teórico exemplifica que esse tipo de estudo traz informações sobre inovações, que nesta situação, são escolares, em que adotam alguma inovação, seja curricular, de práticas, de procedimentos ou outras inovações que cada escola e sua comunidade apresentam. Há uma riqueza de informações e detalhes.

As técnicas de pesquisa foram a observação participante; a entrevista semiestruturada, fases que aconteceram em sua totalidade após o CEP autorizar com o parecer número 6.485.762 a efetivação das etapas do projeto de pesquisa; e a análise documental. Vale fundamentar tais técnicas para uma melhor compreensão de como foram as suas contribuições para esta pesquisa.

1. Considerando Yin (2010), a observação participante é o tipo de observação em que o pesquisador assume vários papéis na situação de estudo e participa ativamente nos eventos que estão sendo estudados e registrados.

2. Quanto à entrevista semiestruturada, como afirma Para Minayo (2002), é o tipo de entrevista que o informante aborda livremente o tema proposto a partir de um roteiro de entrevista previamente elaborado e constitui um grande instrumento rumo à busca de informes contidos na fala dos atores sociais, enquanto sujeitos objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

3. Sobre a análise documental Vergara (2009) enfatiza que a técnica de investigação que considera documentos de órgãos públicos ou privados de qualquer natureza ou de posse de pessoas, que podem ser registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, comunicações informais, dentre outros. No caso da pesquisa em questão, foram analisados documentos como o Projeto político-Pedagógico da escola Anília Nogueira.

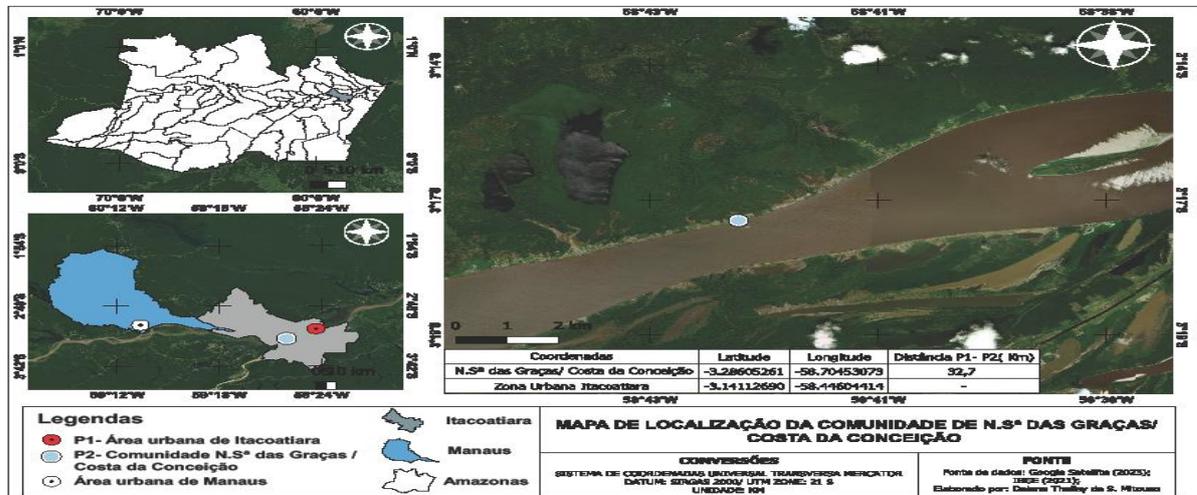
Área da pesquisa e os participantes

A pesquisa foi realizada em uma comunidade rural de Itacoatiara – AM, denominada Comunidade Nossa Senhora das Graças, que está localizada na Costa da Conceição, zona rural do Município de Itacoatiara. Limita-se a leste com a Comunidade Adventista, a oeste

com a Comunidade Nossa Senhora da Paz, ao norte com o Rio Urubu e ao sul com o Rio Amazonas. A comunidade em questão fica a 40 km de distância da sede Itacoatiara, situada a 275 km da capital Manaus (AM), pela Rodovia AM -010, com população estimada de 104 mil habitantes, sendo 29.272 residentes na zona rural, distribuídos em 208 comunidades, segundo os dados do IBGE (censo 2021).

O acesso à comunidade em questão é por meio fluvial e tem uma população estimada de 320 habitantes, segundo os dados do IBGE (censo 2021) e aproximadamente 70 famílias. As suas principais atividades econômicas são a agricultura de subsistência, a caça e a pesca. Segue o mapa de localização da comunidade:

Figura 1. Imagem da Comunidade Nossa Senhora das Graças – Costa da Conceição – Localização



Fonte: elaborado pela engenheira Daiana Mitouso, 2023.

Amostra e critério de inclusão

Para embasamento do critério de amostragem, esta pesquisa baseou-se no pensamento de Minayo sobre a pesquisa qualitativa (2008), que aborda que a pesquisa qualitativa responde a questões que não podem ou não devem ser quantificadas, pois o objeto deste tipo de pesquisa de forma rara pode ser expresso por números. Neste contexto, destaca-se que o campo amostral para os participantes da pesquisa não foi com base em critérios numéricos, pois se considerou que a participação agentes educacionais teve participação mais significativa no problema que foi investigado, ou seja foi com base no envolvimento significativo na comunidade.

Desta forma, foram selecionados para esta amostragem da pesquisa agentes educacionais que estão lotados no quadro funcional de servidores da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, que não estejam afastados de suas funções e dentre os 16 servidores que se encaixam no perfil, 09 participaram da entrevista (1 gestor e 08 professores).

Quanto ao critério de inclusão, os participantes da pesquisa precisaram ser responsável por estudante matriculado na escola e dos 176 estudantes matriculados na escola, 20 famílias representadas pelo genitor ou genitora ou responsável legal participaram da pesquisa. Um outro critério também tão importante quanto aos demais é que tivessem aceito a participar da pesquisa de forma voluntária e terem preenchido o TCLE. Os critérios de exclusão se limitaram a não querer participar da pesquisa ou algum fator impeditivo como estar afastado do trabalho ou acometido por algum problema de saúde.

Procedimentos de coleta de dados e critérios de seleção

Considerando as fontes de evidências obtidas pela fase da análise documental no documento denominado Projeto Político-Pedagógico, que teve como maior finalidade identificar o papel da escola e sua concepção quanto aos recursos amazônicos local e o desenvolvimento rural sustentável buscou-se também identificar evidências de como se deu a participação da comunidade na construção desse documento pela relevância que o mesmo tem por conter a caracterização da comunidade onde a escola está inserida, os anseios, metas, objetivos, filosofia, propostas pedagógicas em vigência.

Com base nesse procedimento realizado, a descrição segue abaixo:

✓ Fase 1: Sobre os procedimentos desta análise documental

1) Como foi construído o documento Projeto Político-Pedagógico da escola

Esta etapa foi realizada após a anuência da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara e a apresentação deste documento de anuência ao gestor da escola, com acesso ao Projeto Político-Pedagógico que está pautado na LDB – 9394/96 de 20 de novembro de 1996. Pudemos observar que há a influência neste documento do Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas e do plano de gestão da escola e que o referido documento passou por um processo de construção que iniciou a partir de fevereiro 2023 com a participação da comunidade escolar e local, pois os estudantes, pais e responsáveis são residentes desta

comunidade e a instituição destaca a importância deste diálogo com a sua comunidade. Este documento define o papel socioeducativo, político, cultural e ambiental da escola.

Esta etapa de estudo deste documento tão importante para a escola e comunidade teve a duração de 01 (um) mês, considerando os detalhes do documento que precisavam ser analisados com cautela e atenção pela riqueza dos detalhes no que tange aos objetivos da pesquisa.

2) Forma de participação das famílias no processo de construção do PPP

Figura 2. Reunião de pais com a pauta de elaboração do Projeto Político-Pedagógico



Fonte: Registro da escola no PPP, 2023.

Com base na análise e estudo do documento PPP foi possível compreender que os momentos com as famílias para a construção coletiva e democrática aconteceu com registros fotográficos do momento, como demonstra a figura acima, e que os pontos norteadores discutidos e definidos foram: a filosofia de trabalho, missão, objetivos, perspectivas pedagógicas, sociais, culturais e ambientais da escola, estas reuniões aconteceram de forma agendadas bimestralmente por motivo de as famílias terem no seu cotidiano o compromisso coma geração de rendas. Também tiveram os momentos de encontro com a equipe de professores e diretiva para tratar sobre as questões da fundamentação teórica (base legal), o plano de ação e as estratégias de avaliação das ações definidas neste documento. A figura abaixo retrata uma das reuniões com a equipe de professores sobre o PPP.

Figura 3. Reunião com os agentes educacionais (gestor e professores) sobre o PPP



Fonte: Registro da escola no PPP, 2023.

3) Imaginário Social dos agentes educacionais permeado do PPP da escola

No contexto dos objetivos da pesquisa foi analisado no documento em questão o imaginário social dos agentes educacionais da instituição quanto ao entendimento da importância das práticas pedagógicas estarem alinhadas com o contexto social, cultural, econômico e ambiental da comunidade onde a escola está inserida e de como são realizadas as ações em prol da contribuição da escola para a sua comunidade no incentivo ao uso equilibrado dos recursos naturais, com o real entendimento do que é desenvolvimento rural sustentável.

✓ Fase 2: Quanto à realização da fase das entrevistas semiestruturadas

1) Foi aplicado um bloco temático de perguntas em forma de um roteiro de entrevistas contendo 8 perguntas e foi realizado de forma presencial, logo após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com os seguintes participantes: professores, gestor e responsáveis por estudantes matriculados na escola pesquisada, como já destacado anteriormente, logo após a autorização do CEP, e os participantes puderam fazer suas considerações livremente.

2) No processo das entrevistas foram tomadas todas as medidas de proteção recomendadas pela OMS, como o distanciamento permitido, uso de álcool em gel máscaras.

3) Foram entrevistados 29 agentes educacionais, sendo eles: 08 professores, 1 gestor e 20 pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na escola em questão. As entrevistas foram gravadas e os dados obtidos transcritos na íntegra na forma de gráficos e tabelas. O roteiro das entrevistas está em anexo.

A discussão dos dados obtidos na fase da coleta de dados foi concluída somente após a análise de que naquele momento os dados já não traziam algo novo, pois como afirmam Bauer e Gaskell (2010) deve-se atenta para a saturação como critério de finalização da coleta de dados, que ocorrerá após a constatação de que não estão entrando informações novas na pesquisa.

✓ **fase 3: Observação participante:** nesta fase foram observadas as instalações da escola, o meio externo, sendo o meio físico na sua área de entorno, e ainda serão realizadas a rotina da escola e do meio externo, registrando-se as informações na caderneta de campo e fazendo-se algumas fotos e interação com o grupo participante da pesquisa.

Procedimentos de análise de dados

Os dados coletados nas três fases foram analisados por meio de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2010) refere-se à análise de conteúdo como a utilização de procedimentos sistemáticos para descrever os conteúdos levantados na pesquisa, fazendo a inferência de conhecimentos por indução, tendo as abstrações emergindo e se consolidando de baixo para cima, de forma interpretativa.

Para isso, foi utilizada na pesquisa, dentre as técnicas de análise de conteúdo formuladas por Bardin (2010), a técnica de análise temática ou categorização, que procedeu em torno de três fases cronológicas, sendo:

I) Pré-análise: momento em que foi feita a organização e leitura flutuante no material coletado para conhecimento e composição do *corpus*, que foi o material relevante para os procedimentos analíticos. A leitura flutuante, de acordo com Bardin (2010) “é o primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a elaboração dos indicadores”, ou seja, é o momento da preparação que formaliza o material escolhido.

II) Exploração: foi a fase da codificação ou decomposição dos dados brutos do texto por meio de recorte, agregação e enumeração para que se pudesse atingir uma representação do conteúdo a partir das unidades de registro (unidade básica da mensagem) e as unidades de contexto (segmento da mensagem de dimensão maior). De posse disso foi possível estabelecer categorias, que foram rubricas ou classes que reuniram um grupo de elementos sob um título genérico em razão de suas características comuns (temas).

III) Tratamento e interpretação: fase em que ocorreram as inferências e interpretações a respeito dos objetivos da pesquisa.

Cuidados éticos

Posto que a pesquisa envolveu seres humanos e considerando as etapas do cronograma físico, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, atentando para o exposto na Resolução CNS nº 510/2016, que em seu Artigo 9º, garante os direitos aos participantes, destacando-se o de ser informado sobre a pesquisa, de desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo, do respeito a sua privacidade, da confidencialidade das informações pessoais, de decidir a divulgação de sua identidade e das informações concedidas, quais poderiam ser publicadas, de ser indenizado por danos decorrentes da pesquisa e ressarcimento de despesas referentes à sua participação na pesquisa. O projeto teve a aprovação sob o parecer nº 6.485.762 e somente após é forma efetivados todas as etapas estabelecidas na metodologia e cronograma da pesquisa., como a apresentação do TCLE para que os sujeitos decidissem se iriam participar da pesquisa, destacando-se os cuidados com a participação dos sujeitos, como o uso de pseudônimos e sigilo sobre sua identidade.

**CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE
E AS AÇÕES DA ESCOLA ANÍLIA NOGUEIRA DA SILVA SOBRE O
USO PEDAGÓGICO DE RECURSOS NATURAIS DA COMUNIDADE**

APRESENTAÇÃO

Este capítulo aborda a localidade onde a escola estadual Anília Nogueira da Silva está inserida, bem como a escola em questão, a partir da observação do local, infraestrutura da escola e entorno. Abaixo, temos a figura que apresenta a escola.

Figura 04: Visita à Escola Estadual Anília Nogueira da Silva



Fonte: elaborado por LIRA, 2022.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE ESCOLAR E AS AÇÕES DA ESCOLA ANÍLIA NOGUEIRA DA SILVA SOBRE O USO PEDAGÓGICO DOS RECURSOS NATURAIS

A Escola Estadual Anília Nogueira da Silva está situada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição, zona rural do Município de Itacoatiara. Fundada em 1973, teve como primeiro presidente José Lopes Macedo e atualmente é administrada por Jorge Silva Rebelo Junior. A comunidade é composta por aproximadamente 70 famílias, que são predominantemente católicas e protestantes. Possui telefone público, energia elétrica através do programa federal "Luz para Todos" e abastecimento de água encanada. As vias de acesso à comunidade são caminhos não pavimentados, o que dificulta o trajeto em períodos chuvosos. A escola, construída em terra de várzea à margem esquerda do Rio Amazonas, sofre com as cheias anuais, o que requer um calendário escolar interno especial para se adaptar às condições locais. O registro fotográfico abaixo mostra a escola no período da enchente do rio. (Fonte: Projeto Político-Pedagógico da escola)

Figura 5: Registro fotográfico da escola na época da enchente



Fonte: Projeto Político da Escola, 2023

Nos anos anteriores a 1991 a Comunidade Nossa Senhora das Graças; Costa da Conceição, zona rural do município de Itacoatiara possuía apenas escola primária, motivo que induzia os comunitários a levarem seus filhos para a sede do município com a finalidade de concluírem seus estudos, deixando casa e familiares. Devido às grandes dificuldades financeiras e outras, muitos não usufruíam das mesmas oportunidades.

Vale destacar que a comunidade conta com inúmeros recursos naturais, como o hídrico (lagos e rios), vegetais de diversas espécies. Quanto as frutas cultivados, destacam-se a goiaba, melancia, maracujá, graviola, cacau e banana.

Na época, por interesse e influência do Deputado Estadual Mamoud Amed Filho, a Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, foi criada através do Decreto Nº 13.702, de 23 de janeiro de 1991, sendo inaugurada no dia 02 de março do mesmo ano pelo próprio deputado na gestão do Prefeito Francisco Pereira da Silva e do Governador Vivaldo Frota.

A Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, foi assim denominada em homenagem a uma mulher querida entre seus irmãos comunitários e que ficou lembrada por sua coragem, dinamismo, perseverança e bravura em busca de benefícios para sua comunidade ribeirinha. Mesmo sem grau de escolaridade, foi valente e guerreira. Morreu aos 46 anos em 1948.

No primeiro ano de existência e funcionamento, a escola abriu suas portas para exercer suas atividades atendendo da Pré- Escola à 5ª série nos turnos matutino e vespertino.

Atualmente a escola funciona com o total de 176 estudantes que estão distribuídos em: Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio, de 1ª a 3ª séries por mediação tecnológica, distribuídos no quadro abaixo por série e turno:

Quadro 1. Quantitativo de estudantes matriculados por série e turno na E.E. Anília Nogueira - 2024

Ano/ Série/ Nível	Turno	Quantitativo por série
1º ano - Fundamental	Matutino	09
2º ano - Fundamental	Matutino	08
3º ano - Fundamental	Matutino	07
4º ano - Fundamental	Matutino	08
5º ano - Fundamental	Matutino	15
Ensino Médio Mediado pelo Tecnológico	Vespertino	16
6º ano - Fundamental	Vespertino	07
7º ano - Fundamental	Vespertino	09
8º ano - Fundamental	Vespertino	12
9º ano - Fundametal	Vespertino	10
1ª série do Ensino Médio	Vespertino	12
Ensino Médio Mediado pelo Tecnológico – 1ª série do Ensino Médio	Noturno	27
Ensino Médio Mediado pelo Tecnológico – 2ª série do Ensino Médio	Noturno	20
Ensino médio Mediado pelo Tecnológico – 3ª série do Ensino Médio	Noturno	16
		Total: 176

Fonte: SIGEAM, 2023.

Como é possível observar no quadro acima, há um quantitativo expressivo de estudantes na escola, uma vez que a comunidade é formada por aproximadamente 70 famílias e uma população de 320 habitantes. Compreende-se aí a importância da comunidade para as demais comunidades circunvizinhas uma vez que a escola atende mais 6 comunidades. O ensino médio acontece pela mediação tecnológica, o que já representa um avanço porque os jovens já não mais precisam se deslocar da comunidade para estudar na sede Itacoatiara. Contudo, há desafios que são enfrentados rumo a uma educação de qualidade, eficaz, com resultados de aprendizagem significativos, como a internet com sinal comprometido, quando

falta energia não há um motor gerador e a comunidade fica sem acesso à comunicação por meio da tecnologia porque além da falta da internet também não funciona os serviços de dados móveis de telefonia.

. A escola atualmente possui as seguintes dependências:

Quadro 2. Estrutura física da escola

Ambientes	Quantidade	Ambientes	Quantidade	Ambientes	Quantidade
Sala da direção	0	Auditório	0	Almoxarifado	0
Secretaria	0	Sala de aula	5	Depósito de merenda	0
Sala da coordenação pedagógica	0	lactário (creche)	0	Cozinha	0
Sala dos professores	0	Solário	0	Banheiro (masculino)	3
Biblioteca	0	Brinquedoteca	0	Banheiro (feminino)	3
Sala de leitura	0	Telecentro	0	Horta escolar	0
Sala multiprofissional	0	Fraldário	0	Banheiro servidores	0
Sala de recurso	0	Escovodrômo	0	Quadra esportiva	0
Sala de recurso multifuncional	0	Consultório Odontológico	0	Refeitório	0
Rampas de acessibilidade	0				

Fonte: PPP da escola 2023

A escola armazena os produtos da merenda de forma improvisada no prédio antigo onde funcionava, pois está em processo de legalização de uma área para a construção de um prédio definitivo e com melhor estrutura física.

Vale destacar, a partir da observação dos ambientes da escola, os desafios enfrentados diariamente para que haja um bom funcionamento das aulas, pois como sabemos ambiente

como sala dos professores para planejamento dos mesmos, sala da gestão para haver uma organização e planejamento dos processos de gestão, uma banheiro, como outros, são indispensáveis para um mínimo de padrão de qualidade e bem-estar no âmbito escolar. O fato de não haver um depósito para armazenar os produtos da merenda escolar e uma cozinha para o devido preparo da merenda um refeitório para que os estudantes e servidores possam realizar o momento do lanche também desperta a atenção para as situações de enfrentamento da rotina escolar por parte da comunidade escolar.

A escola, segundo os registros do histórico escolar com fonte de documento arquivado, teve seu período áureo, de destaque com recebimento de recursos financeiros, que foi em 2011 com o prêmio Escola de Valor recebendo o valor de R\$ 20.000,00. Em 2013 teve 02 projetos aprovados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, 2014 foram 03 projetos aprovados pela FAPEAM, a escola também foi contemplada com o Programa Federal de Educação Integral – Programa Mais Educação. É relevante este dado porque faz parte da história de conquistas da escola.

Quanto aos servidores lotados na escola, temos o seguinte quadro funcional, contendo o quantitativo de servidores, função, carga horária e formação acadêmica:

Quadro 3. Servidores lotados na escola

Quantitativo	função	Carga horária	Vínculo empregatício	Formação acadêmica
15	01 gestor		10 professores PSS	10 professores com especialização
	15 professores		6 professores efetivos (incluído o gestor)	6 professores com graduação
	3 ASGs		3 servidores ASGs terceirizados	03 servidores com Ensino Médio

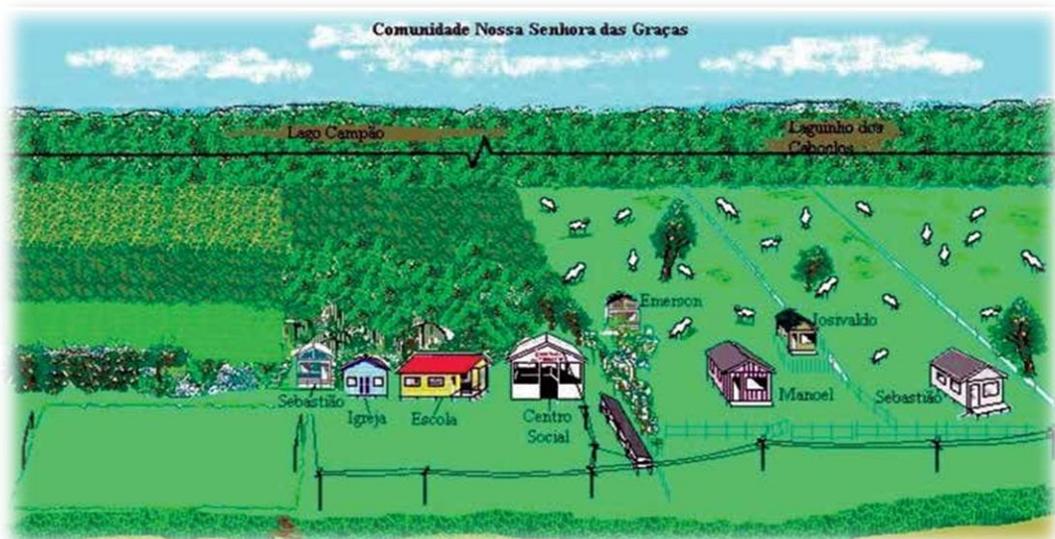
Fonte: SIGEAM, 2023

Os servidores que fazem parte da comunidade são os 05 professores que ali nasceram e vivem até o presente momento no local. Os demais, estão entre 10 há 3 anos no local e residem na comunidade pela distância da cidade de Itacoatiara. Como diz Yi-Fu Tuan, há os

nativos (que são do local desde que nasceram) e os visitantes (que não pertencem à comunidade de fato). Assim, há formas diferenciadas de imaginário social sobre o ambiente em que vivem, pois cada um grupo tem um modo diferente de perceber o local, de expressar os seus sentimentos, sensações, ideais e de demonstrar o sentimento de pertencimento quanto ao local.

Quanto à formação acadêmica dos professores, vale destacar que todos possuem no mínimo a formação exigida em lei para atuar como docente da Educação Básica, que é a graduação. Este fato é importante porque demonstra um avanço no processo de lotação dos professores em escolas da zona rural. Por longas décadas os professores que ministravam aula nas escolas de comunidades rurais não tinham nem o Ensino Médio completo e às vezes nem o Fundamental completo. Tal fato implicou no comprometimento de uma educação comprometida com a formação cidadã integral dos alunos das comunidades rurais, do campo, ribeirinhas, que apenas frequentavam um espaço caracterizado como formal de ensino, mas aprendiam o mínimo para evoluir no campo de aprendiz em fase escolar.

Figura 6. Histórico da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição



Fonte: Croqui – Arquivo de mídia da comunidade Nossa Senhora das graças na Costa da Conceição - 2023

A figura acima é um croqui que se encontra disponível no arquivo de mídia da comunidade Nossa Senhora das Graças. Esse croqui foi feito pelo filho de um comunitário que retornou a pouco tempo para o local, após ter concluído a sua graduação na capital do Amazonas. Nesse croqui é possível identificar a escola como um dos pontos em destaque, as

instituições de cunho social e religiosa, pois na comunidade predomina a religião Católica, e a sua área verde.

A comunidade está localizada na Costa da Conceição, que fica a 40 km de distância da sede Itacoatiara, situada a 275 km da capital Manaus (AM), pela Rodovia AM -010, fica na margem esquerda do rio Amazonas, limite-se com 4 outras comunidades, que são: Nossa do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora da Conceição, Comunidade Adventista, Nossa Senhora da Paz. Iniciou a sua história em 1973 quando 5 famílias migraram da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para estas terras em busca de novas oportunidades.

Por serem famílias católicas e devotas de Nossa Senhora das Graças, atribuíram o nome da santa à comunidade e até os dias atuais, comemora-se com uma grande festa o aniversário da comunidade com a presença de visitantes das comunidades que fazem fronteiras com a mesma e de várias outras localidades, inclusive da cidade, que é no dia 27 de novembro.

O crescimento da comunidade ocorreu de forma lenta e a princípio os filhos dos comunitários acabavam ficando sem estudar ou iniciavam os seus estudos tardiamente porque precisam ficar durante a semana em casa de parentes e conhecidos na cidade, uma vez que a distância dificultava o retorno no mesmo dia.

Os comunitários, ao sentirem a necessidade de ter um representante para lutar pelos seus direitos, elegeram como 1º presidente o Sr José Lopes Macedo e a próxima eleição ocorreu somente em 1988. Neste período, algumas conquistas foram realizadas, como poço artesiano e gerador de energia. Porém muitos problemas com a infraestrutura básica da comunidade persistiam e o crescimento da população já era significativo.

Em 1991, na presidência do Sr Raimundo Bezerra, com o apoio e iniciativa de um deputado na época, foi inaugurada a escola, que mesmo sem prédio próprio, passou a funcionar em um local de propriedade de um dos comunitários que cedeu o espaço. A comunidade também avançou com serviços de telefonia (telefone rural) e abastecimento de água encanada.

Atualmente, vivem na comunidade aproximadamente 70 famílias, possui serviços de abastecimento de água encanada, energia elétrica, que foi possível com a implementação do Programa federal Luz para Todos em 2012, mercearias, casas construídas de madeiras, tem como principal meio de transporte, as rabetas (canoas com motor de polpa). É cercada por lagos e há na frente da comunidade um extenso rio. Tem uma bela paisagem natural, uma diversidade de árvores frutíferas, peixes que são a principal fonte de renda, também utilizado

no consumo para sobrevivência das famílias. As belezas naturais da localidade atraem visitantes, o que também contribui para a movimentação da renda dos comunitários.

Contudo, a comunidade ainda enfrenta inúmeros problemas de infraestrutura básica que impactam na qualidade de vida dos comunitários, com o acesso à comunidade por meio terrestre entre as comunidades circunvizinhas, porque acontece por um ramal que quando chove fica intrafegável, falta constantes de energia elétrica, mau gerenciamento de resíduos sólidos, precariedade no acesso à saúde, pois há atendimento de forma esporádica com as visitas de equipes médicas e odontológicas.

A figura abaixo demonstra a importância da escola para a comunidade, pois em uma das visitas às famílias dos estudantes matriculados na escola Anília Nogueira para a realização da entrevista, foi solicitado que se expressassem de alguma forma como é percebido os espaços relevantes da comunidade para as famílias e neste caso, um dos membros da família desenhou este espaço onde a escola está localizada. A escola é um espaço formal, que como diz Libâneo (2018), “o formal implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como alguém ou algo se configura”. Portanto, é evidente que as pessoas dessa família consideram a escola como um espaço que faz a mediação do saber, do conhecimento sistematizado e que na convivência familiar há explícito essa definição.

Figura 7: Pontos importantes da comunidade Nossa Senhora das Graças



Fonte: entrevistado A (18 anos de idade)

Sobre o perfil socioeconômico dos moradores da comunidade que têm filhos ou são responsáveis por estudantes matriculados na escola, foi realizada uma entrevista com um bloco de 7 perguntas, como descrito na metodologia deste trabalho de pesquisa, e a primeira

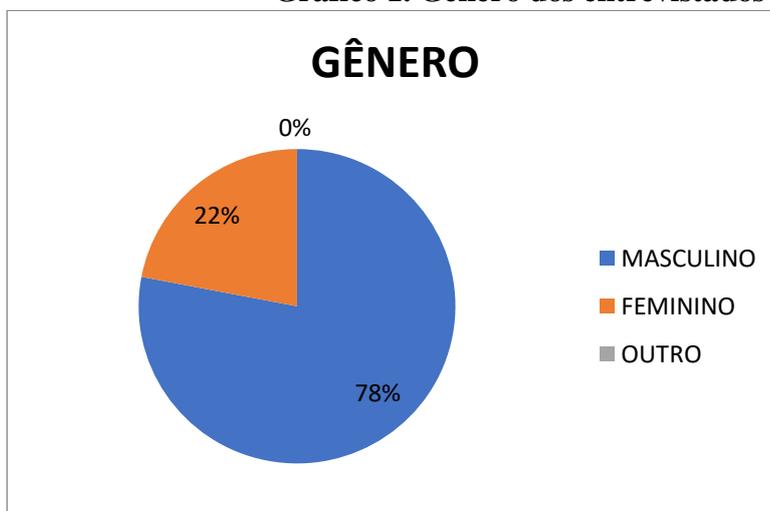
pergunta que tem como objetivo caracterizar socioeconomicamente a comunidade escolar, o gênero, tempo que reside na comunidade, grau de escolaridade, fonte principal e secundária de renda familiar, renda mensal, se recebe auxílio financeiro do governo.

De acordo com Jannuzzi (2004, p.15):

Utilizar de indicadores socioeconômicos é imprescindível, uma vez que se configura em um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas, pois retratam a realidade de uma população que envolve a sua relação com o meio físico e questões que afetam suas relações sociais.

No processo das entrevistas, foram contempladas 20 famílias representadas pelo pai ou mãe ou o responsável por um estudante matriculado na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva e 9 agentes educacionais atuantes na escola em questão. Assim, na questão gênero, 78% dos entrevistados foram do sexo feminino e 22% foram do sexo masculino uma vez que a maioria das famílias justificaram que a figura materna e feminina que é responsável pelo estudante na escola, bem como a maior parte dos agentes educacionais lotados e atuantes na escola são do sexo feminino, o que vem de encontro com a as estatísticas do censo do IBGE de 2021 de que elevaram para 38,7% de mulheres a mais há anos anteriores residindo na da zona rural. \os dados sobre a porcentagem por gênero que foi entrevistada segue abaixo:

Gráfico 1. Gênero dos entrevistados

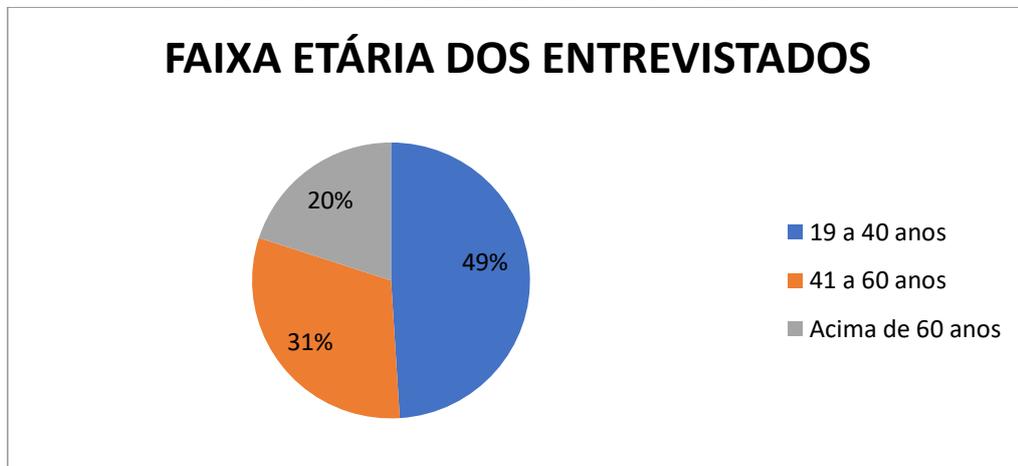


Fonte: elaborado por Lira, 2024 (Autora).

No que diz respeito à faixa etária dos participantes da pesquisa entrevistados, 49% foram pessoas na faixa etária entre 18 a 40 anos de idade, que é 49% dos entrevistados; em seguida temos pessoas entre 41 a 60 anos, que é 31% do total e acima de 60 anos, temos 20%. Observa-se que a maior porcentagem está voltada para a fase entre 18 a 40 anos de idade, e

como demonstrado no gráfico anterior, são mulheres e que têm filhos na fase escolar e que estão matriculados regularmente, pois este é um critério da inclusão na entrevista. Segue abaixo o gráfico da faixa etária dos entrevistados.

Gráfico 2. Faixa etária dos entrevistados



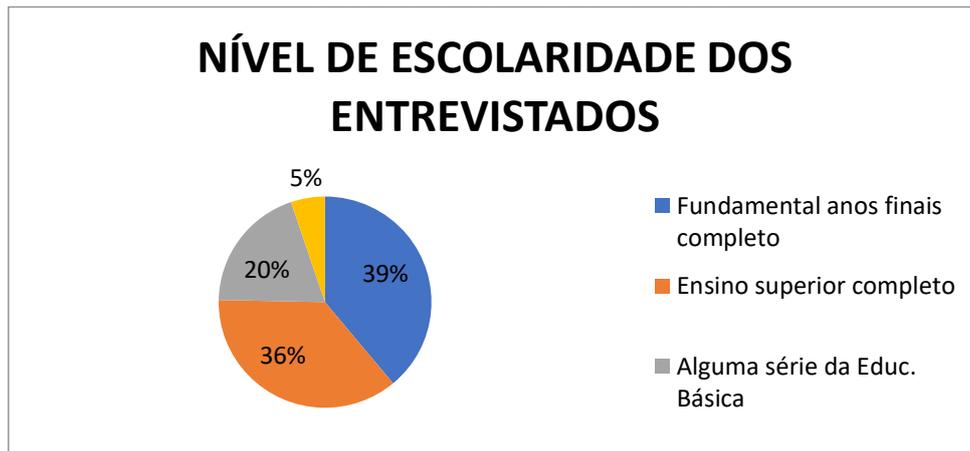
Fonte: elaborado por Lira, 2024 (Autora)

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes da entrevista, identificou-se que 39% possuem o Ensino Fundamental anos finais completo; 28% possuem o Ensino Superior completo; 23% estão cursando alguma série da Educação Básica, 15% tem o Ensino Médio completo, 4% não possuem educação formal.

De acordo com Souza (2018), analisar o contexto do nível de escolaridade de um determinado grupo social remete à compreensão de uma trajetória de lutas coletivas e individuais em prol da melhoria para a qualidade de vida e realização de projetos de vida.

Desta forma, observou-se que há a necessidade expressiva de implementação de políticas públicas em prol da minimização da desigualdade de oportunidades e garantia de educação pública às comunidades ribeirinhas, pois uma boa parte não estudou porque não teve oportunidade no seu próprio lugar de moradia e outros, iniciaram os estudos, mas não deram continuidade por vários motivos, como a necessidade de precisar sair da sua comunidade para estudar em outro lugar pela falta de continuidade das séries seguintes e ainda assim, destaca-se que alguns concluíram o Ensino Médio, mas não deram prosseguimento ao estudo no âmbito de uma educação de nível superior porque também enfrentam dificuldades em migrarem para a cidade para estudar. Os dados estatísticos da pesquisa sobre a questão segue abaixo:

Gráfico 3. Nível de escolaridade



Fonte: elaborado por Lira, 2024 (Autora).

No que diz respeito ao quesito fonte de renda, os dados obtidos na entrevista trazem a informação de que a fonte principal de renda é: 58% pesca, 23% produção de farinha, plantação e 18% da plantação e colheita das frutas típicas da região e 1% de serviço público.. Observou-se que há uma relevância das associações da agricultura familiar para um melhor planejamento sobre as fontes naturais de geração de renda para uma comunidade, pois não há essa associação nesta localidade e é notória a riqueza natural da comunidade e que poderia gerar mais renda para os comunitários. Como fonte secundária de renda, os dados obtidos foram: 38 vendas de plantas medicinais, 7% roçado, 21% de artesanato e 34% de turismo informal.

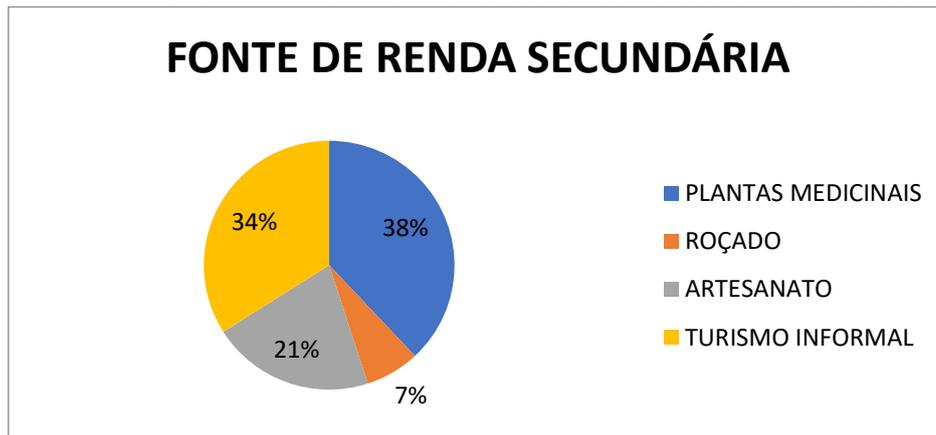
Segundo Vieira (2015), analisar as fontes de geração de renda de um grupo social significa compreender os principais indicadores de pobreza, de desigualdades sociais e também de oportunidades que surgem a partir de lutas e de políticas públicas presentes em comunidades rurais. Portanto, ressalta-se que a comunidade apresenta um grande potencial quanto as suas riquezas naturais. Seguem os dados em questão em dois gráficos a seguir:

Gráfico 4. Fonte de renda principal dos entrevistados



Fonte: elaborado por Lira, 2024.

Gráfico 5. Fonte de renda secundária dos entrevistados



Fonte: elaborado por Lira, 2024.

No item se algum entrevistado recebe auxílio financeiro por parte do governo federal e qual é a renda mensal da família, temos as seguintes informações: 59% é beneficiário do Programa Bolsa Família, 18% dos que são pescadores artesanais recebem o seguro-defeso por 3 meses, que é o período de defeso, em que acontece a reprodução de cada espécie de peixe e 23% não recebe nenhum auxílio por parte do governo federal.

Rig (2006), observou que:

Não tem diversificado as fontes de renda e as atividades produtivas, apresentam uma estagnação, ou até regressão nos padrões de subsistência, evidenciando uma percepção de diminuição de qualidade de vida. Além disso, vários estudos têm demonstrado o desinteresse das gerações mais novas em se manter as atividades agrícolas, o que pode ter efeitos importantes nas perspectivas de médio e longo prazo sobre o uso da terra entre os pequenos produtores rurais.

Nesta perspectiva precisa haver implementação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de comunidades rurais, quer sejam ribeirinhos ou dos campos, que proporcione mais acesso aos serviços básicos na própria localidade, como educação, saúde, energia elétrica, saneamento básico, entre outros, bem como de investimento na área agrícola, com foco na desenvolvimento rural sustentável. Claro que não se descarta a importância dos benefícios sociais por parte do governo federal ou estadual e até municipal, pois as esferas públicas realmente devem investir em projetos de cunho social com geração de renda.

No entanto, esses benefícios não podem ser compreendidos por parte dos comunitários das localidades rurais, como substituição das fontes de rendas provindas do meio de subsistência do grande potencial de recursos naturais do seu meio de vida, do seu lugar de moradia.

Paralelamente, mas não fora do contexto da finalidade da entrevista, tiveram falas sobre o entendimento sobre os benefícios sociais, como abaixo:

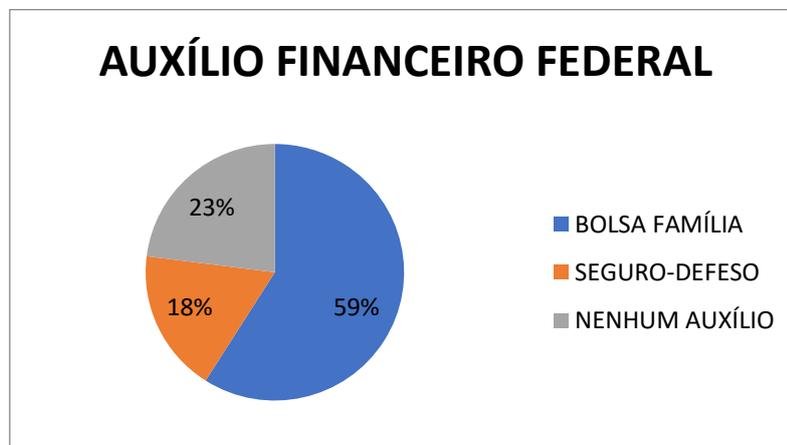
Não sou a favor do Bolsa família porque criei 8 filhos sem precisar disso. Se você for dar uma volta na comunidade, vai ver o povo todo sentado embaixo da árvore. O povo não quer mais saber de trabalhar. Deu preguiça nesse povo. Fico é revoltado com isso aí.

(Entrevistado A, 53 anos)

Sobre a renda familiar dos participantes da pesquisa entrevistados, temos 81% com renda de 1 salário mínimo, ou seja no valor de R\$ 1.412,00; 10% responderam que recebem ao mês mais de um salário mínimo e 9% responderam que não têm uma vida fixa.

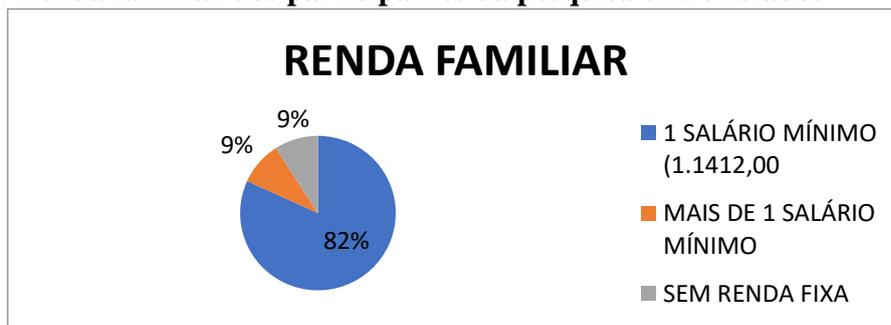
Segue abaixo os gráficos 6 e 7 sobre a auxílio financeiro federal e renda familiar:

Gráfico 6. Auxílio financeiro do governo federal dos entrevistados



Fonte: elaborado por Lira, 2024 (Autora).

Gráfico 7. Renda familiar dos participantes da pesquisa entrevistados



Fonte: elaborado por Lira, 2024 (Autora).

AS AÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA COM O USO DOS RECURSOS NATURAIS DA COMUNIDADE

A escola como instituição formal de ensino utiliza os recursos formais para trabalhar os objetos de conhecimento previstos em currículos e propostas curriculares de cada nível de ensino. Também utiliza os seus espaços internos que são os de rotina, do dia-a-dia, como sala de aula e demais. Esses espaços são importantes no processo de ensino-aprendizagem porque constituem a visão de que se está num espaço instituído como escola, onde ocorre a aprendizagem formal.

Enquanto que a educação não-formal acontece em ambientes que precisam sim serem planejados previamente, mas que há uma espontaneidade das ações e interação entre as pessoas, entre os estudantes no caso, e o ambiente que torna-se mais prazeroso e assim, também propício a uma aprendizagem significativa.

Na concepção de Gohn (p. 2-3, 2006), a educação formal e informal se caracterizam da seguinte forma:

a princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

De acordo com Paviane (2014), há uma definição de educação formal, educação não-formal e educação informal, descrita no quadro abaixo:

Quadro 4. Conceito de Educação formal, Educação Não-Formal e Educação Informal

Educação Formal	Educação Não-Formal	Educação Informal
Acontece em ambientes normatizados de aprendizagem, com regras e padrões de comportamento que são previamente definidos .	É realizada em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos. Há a intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir saberes.	Ocorre em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem seguindo gostos, preferências, pertencimentos herdados.

Fonte: Pavione, J, 2014.

Portanto, a aprendizagem pode acontecer em diversos ambientes e pode ser tão proveitosa e significativa quanto dentro de um espaço institucional onde ocorre um cumprimento de currículos estabelecidos para cada nível de ensino e na maioria das vezes, de forma rígida. É claro que não se pode em hipótese alguma desmerecer esses espaços formais de aprendizagem, pois eles são de extrema importância no processo de escolarização das pessoas, são regidas pelas legislações devidas para ocorrer a educação sistematizada, de mediação de saberes importantes para a formação da cidadania.

Contudo, é necessário valorizar os espaços não-formais e como cita Paviane (2014), os espaços informais de aprendizagem, onde as relações acontecem também a partir de pertencimentos herdados, que são afetividades por um lugar, por algo, que são repassadas de geração para geração. Assim, é pautado em um contexto de sentidos, de significados, de pertença.

A ação realizada, que segue abaixo, retratada na figura 8, aconteceu no mês de setembro de 2023, e foi uma ação que envolveu a comunidade escolar na realização de um momento cívico alusivo à semana da Pátria. Foi interessante porque foi vivência ao ar livre, pois a escola tem esse privilégio em estar localizada num local de paisagens incríveis, ricas em recursos naturais e foi possível perceber a alegria dos estudantes em estar participando de um momento de formalidade da escola, que foi este momento cívico, mas fora das 4 paredes de uma sala de aula e que ali puderam falar sobre civismo, cidadania em um espaço repleto de sentidos, onde os pais, os seus familiares, vizinhos, estão todos os dias na rotina de trabalho e atividades de subsistência

Figura 8: Momento cívico da escola sobre a Semana da Pátria 2023



Fonte: Elaborado por Lira, 2023

Para Mohin (2018, p.38) “é possível vislumbrar a concretude de uma educação não formal, pois ela propicia vivenciar e compartilhar experiências, e a partir disso contribuir na formação de indivíduos aptos a problematizar e a resolver problemas”.

Tal fato remete à ideia de que as aulas formais somente realizadas sem um contexto externo, não-formal ou informal que possibilite desenvolver um trabalho prático, que se compreenda que todo saber sistematizado só será válido se tiver aplicabilidade prática, quer seja com crianças, adolescente ou jovens e adultos, não tem significado, é mero conhecimento sem valor para a vida fora do contexto da educação escolar.

Quando se trata de atitudes ambientais, em prol da vida, da terra, dos rios, do ar, da natureza, as ações precisam despertar o interesse com exemplos no cotidiano do estudante. Moray (2018 apud Tiriba 2010) em sua dissertação que aborda a questão:

Não se trata de aprender o que é uma árvore decompondo-a suas partes. Mas de senti-la e compreendê-la em interação com a vegetação que está ao redor, com os animais que se alimentam de seus frutos, com as nuvens que trazem chuva, com a sensação agradável pela sombra em que brincamos.

Neste contexto, é possível compreender que a escola realiza ações pedagógicas voltadas para a vivência e valorização dos espaços com recursos naturais e que tais ações influenciam numa aprendizagem significativa, de sentimento de pertença, pois são espaços que além de saudáveis para o aspecto físico e mental, trazem lembranças de vivências para os estudantes relacionados com o cotidiano familiar, que são lugares onde seus familiares desenvolvem atividades diariamente que implicam na sobrevivência dos seus entes queridos.

Figura 9. Ações pedagógicas realizadas pela escola: Educação ambiental e de combate à dengue.



Fonte: Elaborado por Lira, 2023.

A escola realiza ações em parceria com instituições e órgãos públicos sobre questões ambientais, sobre sustentabilidade, o cuidado com a vida, de combate à doenças infecciosas e que promovem reflexão sobre a qualidade de vida no ambiente de moradia. Na figura acima, são os registros de duas ações que foram realizadas no mês de fevereiro de 2014, que foram: palestra com a equipe do Batalhão de Policiamento Ambiental que tratou sobre o desmatamento, sobre o que é infração e crimes ambientais e sobre as medidas de prevenção à dengue, que vem acometendo uma grande porcentagem da população urbana e rural.

Essas ações são relevantes para a comunidade porque possibilitam vivências num contexto de valores, de aproximação com os seus espaços naturais, com temáticas que são importantes para os enfrentamentos que surgem no cotidiano rural, que despertam o sentimento de pertencimento ao lugar onde moram, afloram responsabilidades com os problemas de cunho ambiental e o sentimento do cuidado com a natureza.

CAPÍTULO 2: O IMAGINÁRIO SOCIAL DOS AGENTES EDUCACIONAIS DA ESCOLA ANÍLIA NOGUEIRA SOBRE O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

Neste segundo capítulo serão apresentadas as análises e reflexões sobre o imaginário social dos comunitários agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira sobre o manejo dos recursos naturais para desenvolvimento rural sustentável. Para isto, foi analisado o Projeto Político-Pedagógico da escola para levantamento diagnóstico sobre a proposta curricular e se há temáticas sobre a educação ambiental, sobre os recursos naturais da comunidade, sobre práticas de sustentabilidade e para identificar se o documento permeia o imaginário social de seus agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais do local para o desenvolvimento rural sustentável.

Também analisados os indicadores da entrevista que serão aqui apresentadas em formas de gráficos e de transcrições de falas sem identificar o nome verídico dos participantes da pesquisa para preservar a identidade, conforme garantido no TCLE, e metodologia do trabalho.

Análise do Projeto Político-Pedagógico sobre o imaginário social dos agentes educacionais quanto ao manejo dos recursos naturais da comunidade e as estratégias para a implementação do desenvolvimento rural sustentável

- **O PPP e a abordagem dos recursos naturais e o incentivo à prática da sustentabilidade no gerenciamento desses recursos**

Na comunidade escolar o levantamento sobre o currículo e a abordagem sobre os recursos naturais em potencial e o incentivo às práticas de desenvolvimento rural sustentável aconteceu primeiramente na análise do documento que norteia as práticas pedagógicas na instituição escolar que o foco desta pesquisa, que é o Projeto Político-Pedagógico. Este documento para que seja de fato relevante, precisa ser desenvolvido a partir de um diagnóstico interno da escola, levando em conta todas as informações sobre o contexto atual da instituição, além de seus planos e objetivos futuros. É também por meio desse instrumento que as escolas definem quais conteúdos serão ensinados e como isso será feito, levando em consideração os contextos sociocultural, ambiental e econômico em que estão inseridas.

Com base nisso, o Projeto Político-Pedagógico passa a atuar como um norteador para as atividades cotidianas da escola, traçando o caminho a ser seguido pela comunidade escolar. Numa perspectiva de **gestão democrática**, o processo de elaboração e execução do PPP possibilita à escola organizar seu processo **pedagógico** de forma participativa, envolvendo

todos os atores do processo educacional, na busca de soluções para os problemas inerentes à **gestão** pedagógica. A comunidade externa também é fundamental neste processo de elaboração do documento, pois a escola está inserida em um meio que influencia e recebe influências.

Desta forma, incluir a Educação Ambiental, na perspectiva da sustentabilidade, no Projeto Político- Pedagógico da Escola pode nortear ações que estimulem a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, a nível local, a sustentabilidade, valendo-se de estratégias democráticas. À escola caberá promover uma articulação harmônica entre a comunidade externa e interna e com os elementos essenciais de que a escola necessita para alcançar sucesso no processo de inserção da Educação Ambiental no cotidiano da escola, e a partir de sua prática formar cidadãos autônomos, criativos, construtores e transformadores da sociedade, que tem autonomia para realizar um projeto de vida pautado na sustentabilidade, nas condições devidas de lidar com os seus recursos naturais em potencial pensando não só no presente. mas como nas gerações futuras.

Conforme afirma Reigota (1998, p.12), a educação ambiental deve ser compreendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadã, nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza, procurando incentivar o ser humano a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas, pois os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções.

Desta forma, A prática da educação ambiental como prevista na Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, pode ser uma ferramenta para garantir direitos e mudar a concepção de nossa sociedade do que é desenvolvimento sustentável. Portanto, as bases legais para a prática da educação ambiental no Brasil já foram construídas, mas existe a necessidade de desenvolver mecanismos para transformar essas leis em ações concretas, daí a importância de a escola entrar nesse processo.

Nesta perspectiva, há duas versões deste documento, sendo um de 2018 e o mais atual que é o de 2023. Contudo, não há nada explícito, claro, no documento sobre os ODS, sobre sustentabilidade, sobre desenvolvimento rural sustentável, sobre manejo dos recursos naturais, sobre Educação do campo. É citado de forma bem tímida que a escola é ribeirinha, que faz parte de uma educação dentro das especificidades da educação do campo, mas não é contemplado nos seus objetivos, missão, estratégias metodológicas, no seu currículo um trabalho consistente, com foco, com metas definidas sobre a relação comunidade escolar e o meio natural em que está inserido.

Sobre essa falta de oportunidade e de clareza do papel da Educação Ambiental na LDB o Governo Federal publicou a lei 9.795/99, que é um marco jurídico para definir as ações educativas referentes ao meio ambiente. Assim, além de reafirmar o caráter interdisciplinar da Educação Ambiental, essa Lei define a Educação ambiental como uma prática educativa na sua totalidade, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e não somente como disciplina no currículo de ensino, mas de forma interdisciplinar e transversal.

Sobre a LEI 9.795/99, Santos 2000 s/p (apud ADAMS, 2012, p.2150) indica que:

A lei define juridicamente EA como —o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art.1º) e instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (art. 6º) definindo seus objetivos fundamentais como, por exemplo, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, bem como o incentivo à participação individual e coletivas, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como o valor inseparável do exercício da cidadania (art.5º). Interessante na nova legislação é que reconheceu a EA como componente essencial e permanente da educação nacional, distinguindo juntamente com o seu caráter formal o caráter não formal, ou seja, a educação ambiental não oficial que já vinha sendo praticada por educadores, pessoas de várias áreas de atividades e mesmo entidades, obrigando ao poder público em todas as suas esferas incentivá-la (art. 3º e 13º).

Sobre o fato do manejo dos recursos naturais não estar claramente presente no documento analisado, apesar de que não ter sido analisado o currículo de cada seguimento porque não estava disponível no PPP, ressalta-se a importância deste tema ser tratado dentro deste documento formal, que é o norte do trabalho da instituição, pois de acordo com a Embrapa (2014), que trata o uso sustentável segundo a Lei de no. 9.985/2000, este tipo de manejo é a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” e desta forma, compreende-se que as gerações atuais podem desenvolver uma sensibilização para as questões ambientais, e isto é um processo, e que irá interferir nas suas atitudes no cotidiano familiar, na comunidade.

Quanto ao imaginário social que permeia a compreensão dos agentes educacionais e as práticas docentes sobre as questões ambientais, de sustentabilidade, de meio ambiente, que é o foco desta pesquisa, foi possível observar que não é dada a relevância devida no próprio

documento, pois não um espaço específico para tal questão e desta forma, ficou algo muito vago sobre esse imaginário social, sobre a ideia de pertencimento e conseqüentemente, sobre um trabalho pautado na simbologia, nos valores, nas utopias, ideologias sobre a responsabilidade ambiental, sobre a percepção ambiental do grupo, sobre como se percebem dentro deste contexto de representatividades e pertença ao lugar. Não há no documento nenhum tipo de espaço específico que evidencie as falas, as perspectivas e expectativas dos agentes educacionais, apesar de o documento ter sido elaborado com a presença dos mesmos.

No que se trata da parte curricular, há apenas a estrutura curricular, que contempla quais são as área de conhecimento que compõem o currículo de cada nível de ensino. Porém, não se contempla o que cada área propõe com os seus objetos de conhecimento e respectivos objetivos. A área de Ciências ambientais, que poderia ser a área de incentivo a um trabalho interdisciplinar e transversal, não é citada.

Na BNCC (2019), capítulo destinado a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, é destacado o trabalho que dever ser prioritariamente considerado no âmbito dos questões ambientais no espaço escolar, como: desmatamento, mudanças climáticas, uso de transgênicos na agricultura, o consumo de energia de aparelhos elétricos de acordo com suas especificações, propostas de ações individuais e coletivas que minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.

Porém a ausência de um PPP abrangente em todos os aspectos, compromete um trabalho que urge por fundamentação, planejamento, objetos, metas e estratégias que possam subsidiar as práticas dos agentes educacionais em prol à efetivação de ações de sustentabilidade, de conservação e bom uso dos recursos naturais, de uma projeção de um futuro promissor quanto para as gerações que ainda irão construir suas histórias.

Na fase de observação foi possível analisar uma ação em prol ao meio ambiente, conforme foto abaixo, figura 10:

Figura 10- Atividade do dia da árvore



Fonte: registro realizado pela mídia da escola Anália Nogueira

Sobre a importância do trabalho com desenhos nas instituições escolares, vale destacar a afirmação de Andrade (p.42, 2018) sobre os desenhos infantis, que:

com base na teoria histórico cultural, trazem não apenas significações dos conhecimentos das crianças, mas também as suas experiências, características de suas realidades e vivências de sua faixa etária, bem como de seu olhar e significados atribuídos, que poderão ser ampliados com a mediação do educador e externados em forma de desenho.

O desenho é uma forma de expressar os sentimentos, traz a sensação de liberdade de expressão e contém a criatividade na arte de expressar algo. Daí a valorização dos desenhos neste trabalho.

A atividade, registrada na figura 10, acima, é interessante porque houve simbologia e traços de imaginário social, pois a professora desta turma A ao solicitar esta atividade, orientou que os estudantes pintassem o desenho de uma árvore, porém a maioria dos estudantes foi além e acrescentou os frutos e outros detalhes de como veem as árvores em seu território natural e alguns até desenharam as suas casas com as árvores ao redor.

Provavelmente se este trabalho tivesse sido planejado para o uso criativo da temática, certamente muito mais produtividade e resultado teria na ação pedagógica. Um outro ponto que se deve considerar nesta atividade é que as questões ambientais precisam estar presentes no dia-a-dia e não somente em datas comemorativas e o foi que se identificou no documento no planejamento do calendário interno escolar, apesar de que ações como palestras, apresentadas no capítulo anterior já sejam consideradas no contexto didático.

No Amazonas, há a aprovação pelo Conselho Estadual do Amazonas um documento elaborado pela Secretaria De Educação e Desporto Escolar – SEDUC, que é o Referencial Curricular Amazonense nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e

Finais (RCA _ EI – EF) e Ensino Médio, que contou com a participação de representatividade da comunidade escolar da rede pública e privada das escolas de Educação Básica e do Ensino Superior. O documento atende a LDB, a BNCC, o Plano Nacional de Educação – PNE.

O documento em questão reafirma o compromisso com a formação integral do estudante, conceitua o estudante numa perspectiva plural, com premissas de entender e considerar o contexto da diversidade amazônica, dos moradores da cidade, da zona rural, do campo, dos indígenas, dos ribeirinhos. Assegura a construção de saberes a partir dos contextos históricos, socioeconômicos, culturais e ambientes dos estudantes. Há uma seleção de objetos de conhecimento que priorizam os saberes dos povos amazônidos e o fato enriquece as propostas curriculares da Educação Básica no Amazonas.

Contudo, não há nenhum indicador no PPP sobre o Referencial Curricular Amazonense. Como ressalta Brasil (2018, p.553):

Analisar fenômenos naturais e processo tecnológicos deve ser com base nas relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.

Não se trata de um documento impositivo, mas um leque de possibilidades de se ampliar o trabalho no âmbito escola com a Educação Ambiental de forma contextualizada, focada na realidade dos povos amazônidos, da riqueza local de cada comunidade.

Sobre os recursos naturais mais abundantes na comunidade, na visão dos entrevistados, temos os seguintes indicadores: 76% consideram o rio e os lagos serem um recurso natural em abundância; 13% consideram ser a diversidade da flora, que são as espécies vegetais da localidade e 11% consideram ser a riqueza do solo, pois é uma área muito produtiva e rica de nutrientes. Abaixo, temos o gráfico com os dados dessa entrevista:

Gráfico 8. Recursos naturais em abundância na comunidade de acordo com os entrevistados



Fonte: Lira, 2024 (autora).

Esses indicadores são relevantes porque demonstram que os agentes educacionais da escola reconhecem as potencialidades de recursos naturais da comunidade local. Esse reconhecimento repercute em sentimento de responsabilidade e proteção com o lugar em que vivem. Coelho et al (2006, p.2000) cita que “essa ativação de comportamento ambiental dependerá dos valores do indivíduo”.

Quanto ao indicador da entrevista sobre a percepção sobre o manejo dos recursos naturais da comunidade local para o desenvolvimento rural sustentável, temos os seguintes resultados:

A comunidade Nossa Senhora das Graças não evolui no desenvolvimento rural sustentável porque não alguém lute por nós, não temos uma liderança política para trazer coisas boas para a nossa comunidade. Aqui não temos os meios necessários para realizarmos um desenvolvimento rural sustentável de verdade. Perdemos muito com isso. (Entrevistado C)

A nossa comunidade tem muitos recursos naturais que podemos aproveitar para a nossa geração de renda. O que falta é nós arregaçarmos as mangas e correr atrás de investimentos para a área tecnológica, alguns não entendem que precisamos abrir as portas para as novidades nesse mundo da tecnologia. (Entrevistado D)

Eu acho de verdade que as escolas da zona rural trabalham um currículo defasado e distante da realidade local. Muito se fala em aproximar a escola da sua realidade, mas na prática isso não acontece. Os próprios livros didáticos não contemplam essa tão sonhada realidade, pois trabalham a fauna, flora, mares, montanhas, e um monte de informações que só dizem respeito a outras regiões. A nossa sempre fica de fora. (Entrevistado E)

A escola está se adequando para uma nova realidade. Sabemos que são muitos os desafios para que possamos ajudar a nossa comunidade crescer por meio da educação, mas se houver cada mais investimento em formação continuada ara professores para se conhecer mais outras formas de se trabalhar contexto local nos currículos, essa comunidade vai ser transformada por meio do uso devido dos seus recursos naturais. Vai haver sim desenvolvimento rural sustentável. (Entrevistado F)

É notório que os agentes educacionais que participaram da entrevista compreendem o papel transformador da educação na vida da comunidade. A maioria afirma que há possibilidades de se desenvolver de forma sustentável a localidade a partir dos seus recursos naturais que é em potencial, mas que precisa ter fundamentos, estudos, investimento e responsabilidade com as ações a serem desenvolvidas. Não cabe a uma única esfera social, mas é preciso que todos os campos de atuação com propósito social firmem um compromisso.

Por ser o manejo sustentável conceituado como um conjunto de ações que consiste em utilizar os recursos naturais de uma localidade de forma racional e equilibrada, gerando renda e sendo socialmente acessível, conforme MENEZES e SOUZA (2011), no âmbito

escola os agentes educacionais precisam compreender tal definição na prática. É necessário serem atuantes na prática que permeia o fazer pedagógico de forma intencional, planejada, conhecer o potencial da comunidade, entender a importância de tais recursos para se manter um equilíbrio do ecossistema, sem medo de usá-los tanto para sobrevivência quanto para geração de renda.

Apesar do Projeto Político-Pedagógico da escola não contemplar as evidências de um imaginário social dos agentes educacionais sobre os recursos naturais da comunidade, bem como da gestão de um trabalho pedagógico norteador de práticas ambientais e que contribuam para o crescimento da comunidade quanto ao desenvolvimento rural sustentável, os resultados das entrevistas foram permeados de sinais de um imaginário social desses agentes voltados para o sentimento de pertença àquele lugar, de reconhecimento da importância da localidade para as suas vidas, quer seja de quem é nativo ou de quem é visitante ou de quem chegou há pouco tempo no local. As histórias das suas intencionalidades na moradia no lugar, resgata os seus mitos, as suas emoções, as suas expectativas de vida. Isso está bem claro na resposta do entrevistado G sobre a percepção sobre o manejo dos recursos naturais da localidade para o desenvolvimento rural sustentável, abaixo:

Eu amo muito este lugar, ele é lindo e aqui viveram meus pais e aqui quero criar os meus filhos. Tem muita beleza em tudo que é da natureza. Aqui tem ri, tem pássaros, tem aquela farinha feita com todo amor, tem o meu pé de goiabeira. Lembro dos meus pais contando que plantaram as primeiras goiabeiras da comunidade. Tem muito a crescer aqui. Podemos aproveitar para os recursos naturais para a nossa sobrevivência e também para a geração de renda. Isto para mim é desenvolvimento rural sustentável. (Entrevistado G)

Sobre as lembranças, memórias, Souza e Júnior (2002, p.116), afirmam que:

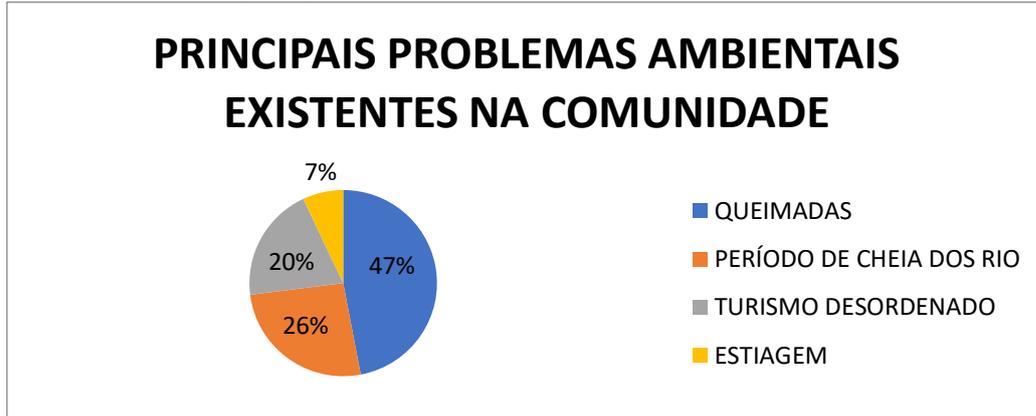
a valorização das memórias dessas pessoas pode colaborar na mudança de atitudes daquelas que participam das atividades educacionais, em âmbito escolar ou não, pois podem passar a exercitar melhor suas qualidades mentais que promovem uma ampliação da conscientização com vistas ao ambiente em que convivem.

O imaginário social dos agentes educacional da Escola Estadual Anília Nogueira sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável é marcado por falas expressivas quando se referem à comunidade local com um lugar de memórias, de história dos seus antepassados, com emoção por ter ciência de que a comunidade apresenta um grande potencial de recursos provindos da natureza que podem gerar sobrevivência própria e para seus familiares e gerar renda também, com planejamento, com parceria entre as famílias e instituições com a escola, que se apresenta uma grande potência formadora de opiniões.

Sobre os principais problemas socioambientais existentes na comunidade, os indicadores da entrevista trazem as seguintes informações: 47% responderam que são as queimadas que acontecem em terras vizinhas e que oferece riscos à saúde, incômodos e prejuízos ao comunidade por causa da poluição do ar; 26% responderam que é no período da cheia, pois a água invade as casas, a escola e não há um planejamento de infraestrutura e de alternativas para os meios de subsistência neste período ; 20% responderam que é o turismo desordenado que vem prejudicando a comunidades, pois além de não gerar a renda de forma organizada e devida para os comunitários, pois só beneficia alguns por não haver a legalização desse setor que só cresce no âmbito das comunidades rurais, prejudica o meio ambiente, pois há pesca em período indevido, que é o período da reprodução das espécies, dentre outros e 7% responderam que é a estiagem, em 2023 ocorreu a maior estiagem na comunidade houve muito sofrimento por parte de todos que ficaram sem serviços de água encanada e de alimentação também.

Segue o gráfico abaixo contendo tais dados.

Gráfico 9. Principais problemas socioambientais existentes na comunidade



Fonte: Lira, 2024 (autora).

Os problemas socioambientais destacados na entrevista pelos agentes educacionais são pertinentes e observa-se que não há ainda um planejamento estratégico para minimizar os impactos ambientais, sociais, econômicos que são acarretados por tais problemas elencados.

Para Diegues (1997):

se o respeito pelo uso sustentado dos recursos torna-se algo compartilhado pela comunidade, aumentam as chances de êxito das formas de gestão capazes de favorecer o alcance simultâneo de uma distribuição mais equitativa de riqueza gerada e de aumento de margens de sustentabilidades dos recursos da comunidade.

Desta forma, o imaginário social sobre a riqueza da biodiversidade da comunidade em questão é importante, uma vez que as pessoas que ali residem apresentam memórias sobre o lugar, sobre a vida que ali construíram, reconhecem a importância de se cuidar de tudo o que pertence ao local e sentem-se responsáveis pela conservação dos bens ambientais e que não podem se esgotar, acabar, porque outras gerações irão precisar desses recursos.

A comunidade e a instituição escolar precisam estar em consonância com as práticas de sustentabilidade para contribuir para a minimização dos principais problemas socioambientais com a prática de estratégias eficazes e coletivas. Ter somente o entendimento de que os problemas existem e não avançar em termos de planejamento e de forma conjunta, certamente não surtirá efeito no processo transformador e de combate à degradação dos recursos naturais da comunidade.

CAPÍTULO 3: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA PARA AS BOAS PRÁTICAS NO USO DOS RECURSOS NATURAIS

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro e último capítulo será abordado o contexto de participação da escola na contribuição de temáticas curriculares e ações em prol das boas práticas no uso dos recursos naturais e de que forma essas boas práticas interferem na construção de um processo de desenvolvimento rural voltado para a implementação da sustentabilidade.

A pesquisa foi amplamente divulgada na comunidade escolar para os agentes educacionais e assim, houve a participação efetiva quanto à contribuição para que pudéssemos efetivar a metodologia e instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Para esta etapa de sensibilização para a participação por parte dos agentes educacionais da escola em questão foram adotadas algumas estratégias que segue abaixo. No final da pesquisa, foi possível identificar as contribuições da escola para as boas práticas do uso dos recursos naturais.

Esse processo foi dividido em 3 momentos:

1. Foi realizada uma reunião com os agentes educacionais da escola, conforme registro evidenciado na figura 11, a princípio com os professores e gestor, para explicar a finalidade da pesquisa e dialogar sobre os conceitos baseados em teóricos sobre imaginário social, pertencimento (pertença), sustentabilidade, desenvolvimento rural porque são conceitos que foram bastante utilizados no processo de pesquisa de campo. Segue abaixo a foto da reunião.

Figura 11. Reunião com os agentes educacionais para apresentação do projeto de pesquisa



Fonte: Lira, 2024 (autora).

É importante esclarecer o máximo possível os propósitos, objetivos, metodologia de uma pesquisa e ao adotar a observação participante no quesito metodológico há uma possibilidade maior do pesquisador dos participantes da pesquisa, pois como destaca Fonseca (2002):

a pesquisa participante foi criada por Bronislaw Malinowski para conhecer os nativos das ilhas Trobriand, ele foi se tornar parte de um deles. Rompendo com a sociedade ocidental, manteve a sua tenda nas aldeias que desejava estudar, aprendeu suas línguas e observava a vida cotidiana.

Essa fase foi muito relevante porque houve a compreensão de que a pesquisa seria importante para a comunidade escolar e que com a participação desses agentes educacionais haveria informações fidedignas de quem realmente está envolvido no processo subjetivo do contexto, do local, do cotidiano.

1. O segundo momento foi de contato com os pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na escola Anília Nogueira para explicar a finalidade da pesquisa, trabalhar o TCLE, a questão da metodologia, incluído a apresentação do roteiro da entrevista. O diálogo foi realizado em 2 momentos: a reunião de pais e responsáveis, onde o gestor da escola disponibilizou um momento de fala com os pais e o outro momento foi na área de reuniões da comunidade local, em que compareceram 20 pais e ou responsáveis pelos estudantes matriculados na escola. Foi um momento muito proveitoso porque todos os presentes se interessaram pela pesquisa. Foi trado sobre o que práticas sustentáveis, sobre os recursos naturais da comunidade, sobre a importância da escola na construção de um projeto ambiental em parceria com a comunidade.

Nesta reunião, alguns narraram espontaneamente sobre as suas vivências naquele lugar, resgataram memórias de quando chegaram, de pessoas que ali já viviam, falaram sobre o meio de sobrevivência das suas famílias a partir dos recursos naturais da comunidade, falaram de expectativas de um futuro promissor para os seus filhos, alguns com desejo de que as crianças concluam os estudos ali, mas que depois busquem cursar um curso universitário na cidade ou na capital e outros, o desejo de que os filhos tornem microempreendedores a partir dos recurso em abundância da localidade ou até agricultores rurais, estes em menor porcentagem.

As figuras 12 e 13, evidenciadas abaixo, registraram esse momento importante para a pesquisa, pois os participantes puderam compreender o propósito da pesquisa.

Figura 12. Reunião com os agentes educacionais: pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na Escola Anília Nogueira



Fonte: Elaborado por Lira, 2024 (autora).

Figura 13. Reunião de pais, responsáveis e professores da escola Anília Nogueira



Fonte: Elaborado por Lira, 2024 (autora).

Faz-se necessário conhecer o que as pessoas sentem em relação ao lugar em que vivem, como interpretam os espaços naturais e sociais em que moram para poder ter a possibilidade de identificar as relações que estabelecem com este lugar e os seus sentimentos, como interagem e as suas perspectivas para o futuro.

Tuan (1980), cita que uma “estreita relação inclui os laços afetivos dos seus seres humanos com o meio ambiente. Assim, vale destacar que oportunizar os momentos de escuta no decorrer da observação participante é relevante porque é possível, com o momento de escuta, compreender a relação que os participantes da pesquisa desenvolvem com o lugar de vivência.

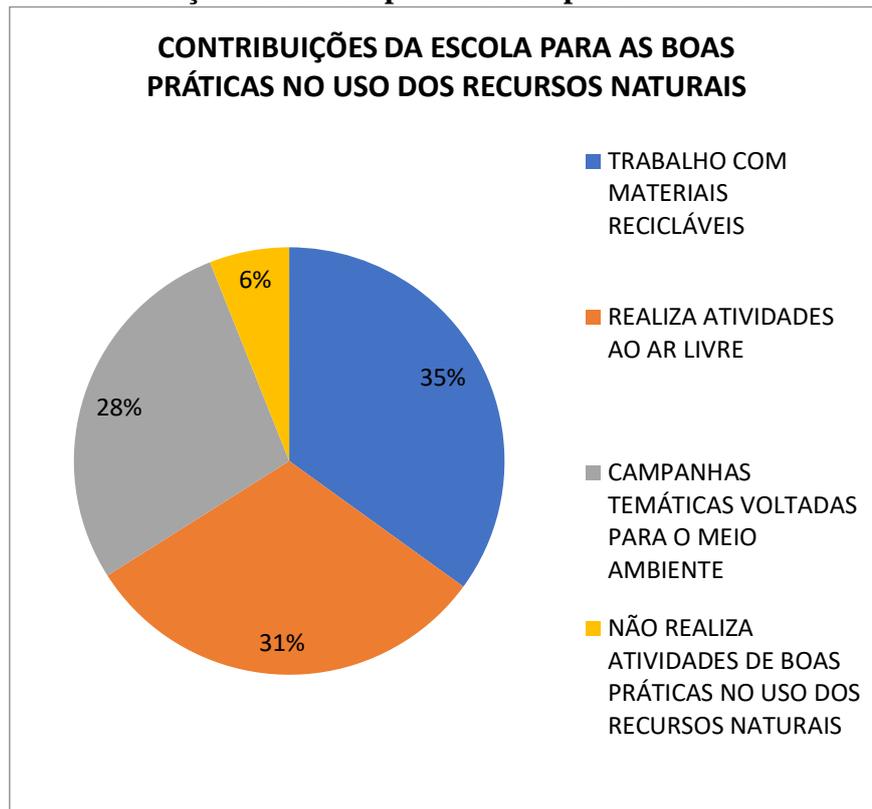
Num dado momento o participante da pesquisa H, relatou que:

A escola é muito especial para a nossa escola. Nela depositamos a nossa confiança de haver um progresso nesta comunidade se ela conseguir fazer um trabalho sério e comprometido com este lugar. A escola tem o papel de trabalhar também questões ambientais, sobre o ecossistema daqui e de formar pessoas para respeitar tudo o que diz respeito à natureza, a vidas. Gosto muito de viver aqui e não quero que esses recursos se esgotem nunca. (Entrevistado H, 37 anos).

Essa fala expressa claramente a relação de pertencimento que há entre a pessoa e o lugar onde vive, de uma cumplicidade com o seu espaço de vivências, de moradia, com expectativas de vida para os seus familiares, para as outras gerações. Além disto, coloca a escola num papel de instituição social com atribuições e responsabilidades socioambientais, com poder de transformação de vidas, de valorização das pessoas e do lugar onde está inserida.

2. O terceiro momento foi a aplicabilidade da entrevista sobre a questão voltada especificamente para a percepção dos participantes da pesquisa sobre as contribuições da escola para as boas práticas no uso dos recursos naturais. Os indicadores obtidos na entrevista são: 28% quando realiza campanhas temáticas sobre o meio ambiente: dia da água, do meio ambiente, de combate à poluição dos rios; 35% responderam que é quando a escola trabalha com materiais recicláveis para fazer ornamentações e trabalhos pedagógicos; 31% respondeu que é quando a escola realiza as atividades ao ar livre porque os estudantes passam a ter contato com a terra, com a vegetação, com os animais e respiram o ar natural e 6% respondeu que a escola não realiza atividades de boas práticas no uso dos recursos naturais. Segue abaixo o gráfico com os dados coletados.

Gráfico 11. Contribuições da escola para as boas práticas no uso dos recursos naturais.



Fonte: Elaborado por Lira, 2024 (autora).

Como é possível observar nos indicadores desta pergunta da entrevista, a comunidade tem uma percepção de que a escola contribui com ações pedagógicas de boas práticas no uso dos recursos naturais e isso é importante, porque constrói relações mútuas de respeito e objetivos em comum com espaço de vivência coletiva. Mas também tiveram respostas em comum sobre a falta de visibilidade das ações voltadas para incentivo de práticas com o uso dos recursos naturais. Segue abaixo falas extraídas da entrevista na íntegra sobre a percepção ambiental do trabalho desenvolvido pela escola.

Não vejo a escola realizar atividade que venha contribuir com o meio ambiente, o espaço que vivemos. Só fazem atividade quando é o dia da árvore, quando é o dia da água, pedindo que os alunos desenhem rio, desenhem árvore. Mas se você for perguntar do aluno o que aprendeu e entendeu da atividade, a resposta com certeza é que gostaram da atividade porque foi desenho e pintura, mas não sabem explicar o que aprenderam sobre o assunto. Para mim isto não atividade de conscientização. (Entrevistada I, 31 anos)

A escola poderia realizar um trabalho de coleta seletiva do lixo. Os meninos jogam o papel que rasgam dos cadernos tudo para fora da janela. Quando saem da escola, jogam cascas de bombons e mais papel ainda no campo, que é a passagem da maioria para ir para as suas casas. Isso tudo porque não tem um trabalho feito nesta escola sobre o lixo. Dava para fazer uma parceria com alguma empresa da cidade para doarem os baldes de lixo para coleta seletiva. (Entrevistado J, 40 anos)

Olha, vivo aqui há muito tempo e nunca vi nenhuma campanha na comunidade sobre o meio ambiente, sobre recurso natural, sobre isto que a senhora perguntou. Agora vou é cobrar nas reuniões que se façam campanhas para ajudar o meio ambiente, para combater a poluição do nosso rio que é lindo e gera renda. Eu sei que a escola precisa falar e trabalhar questões sobre o meio ambiente. (Entrevistado K, 42 anos)

Neste contexto, são expressivas as falas sobre a falta de visibilidade, de compartilhamento das suas ações pedagógicas voltadas para o uso dos recursos naturais, que como já foi citado inúmeras vezes, são ricos, com potencialidades para contribuir com a qualidade de vida comunidade. As questões de sustentabilidade precisam ser evidenciadas com mais ênfase, mas é preciso primeiro compreender o que é, para que serve para poder definir as estratégias eficientes.

Sobre sustentabilidade, Cavalcante (1997), afirma que:

significa a possibilidade de se obterem continuamente, condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores, em dado ecossistema. O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção do sistema de suporte de vida.

Nesta perspectiva, vale dimensionar o poder local dos recursos naturais nesta comunidade e que a instituição escolar precisa com urgência ampliar o seu leque de opções para a realização de um trabalho mais engajado com as questões socioambientais, considerando o ecossistema local. Ouvir as vozes da comunidade, de seus agentes educacionais, o clamor social faz parte do processo de inclusão das temáticas que urgem por medidas mais definidas e planejadas para que se obtenha o resultado esperado e assim, um ambiente saudável, com equilíbrio das vidas ali existentes.

Também foi observado que a escola possui um entendimento sobre a importância de seu papel neste contexto em que se clama por medidas mais eficientes e claras sobre o combate a práticas depredatórias do ecossistema. Abaixo, na figura 14, é possível identificar ações que a escola realizou na comunidade escolar, que valoriza a cultura dos povos tradicionais e a riqueza local de seus recursos vegetais, que foi a criação de uma horta de plantas medicinais.

Figura 14. Horta de plantas medicinais



Fonte: Lira, 2024.

Essa atividade registrada na figura 14 é rica em sentidos, pois além de trabalhar os recursos naturais da própria comunidade, também resgata valores e crenças tradicionais. Foi uma atividade construída durante um período de 2 meses e passou pelo processo de informações científicas, pesquisa com os moradores antigo da comunidade para o relato da receitas populares, escolha das plantas medicinais, escolha do local e estilo da horta e a construção. O resultado ficou muito interessante e é uma atividade valor para que participou do processo e de utilidade para as pessoas que irão poder usufruir dos seus resultados. É um tipo de atividade que acarreta em um conjunto de aprendizagens significativas.

Na óptica de Berthelot (1993, 0.122):

um saber só pode desenvolver sua afetividade prática se for assimilado, isto é, não somente conhecido, mas transformado através de gestos e atos de um indivíduo em operações integradas em determinada prática. Enquanto tal, um saber nunca se limita a ser transmitida, é sempre um objeto de incorporação que, enquanto implica o indivíduo em sua totalidade, é simultaneamente processo de socialização, isto é, processo de produção de ser biológico com ser social.

Portanto, no contexto das práticas significativas, encaixam-se as que são contextualizadas e relevantes para os estudantes, as que partem da sua realidade, do seu povo, do seu local. Escutar um dos familiares, como os avós, os pais, falarem em cura de uma dor ou doença pela plantas medicinais e poder na escola vivenciar uma aula sobre elas, certamente trará lembranças, memórias sobre o que é do seu ambiente familiar. Foi sem dúvida uma atividade muito interessante.

Neste período da realização dos procedimentos metodológicos da pesquisa em questão, foi possível vivenciar experiências incríveis, relevantes, repletas de sentidos e perceber que a escola é considerada pela maioria das pessoas participantes da pesquisa como uma instituição importante, que apresenta inúmeras possibilidades de contribuir com a comunidade no combate a qualquer tipo de prática que prejudique os ecossistemas do local e de projetar transformações no sentido de compartilhar vivências a partir de saberes que não se restringem somente a um contexto formal, mas prático, que assegure elementos que impliquem em valorização das memórias, dos mitos, das expectativas de vida e sobre tudo o que garanta qualidade de vida nos espaços de convivência com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira de Souza, na Comunidade Nossa Senhora das Graças – Costa da Conceição/Itacoatiara – AM, sobre o manejo sustentável dos recursos naturais a, constatou que a comunidade apresenta um grande potencial para realizar esse tipo de desenvolvimento rural sustentável dos seus recursos naturais e a escola tem o desafio de contextualizar esse cenário em prol de ações comprometidas com o futuro das próximas gerações. O planejamento realizado pela comunidade escolar interna com a participação da comunidade externa implicará nesse desenvolvimento, além de gerar mudanças positivas na vida de cada cidadão e promover um futuro promissor, garantindo a sobrevivência de vários ecossistemas ameaçados na atualidade.

Nesse contexto, o papel da educação torna-se cada vez mais importante, pois para que as transformações aconteçam existe a necessidade de sair do discurso e partir para a ação o que requer cidadãos bem formados e informados. Daí a importância de inserir temáticas como manejo de recursos naturais e sustentabilidade no cotidiano da escola como mecanismo de enfrentamento dos desafios da degradação gerada pelo atual modelo econômico e ao mesmo tempo propor estratégias para alcançar a sustentabilidade e assim, a qualidade vida nas comunidades ribeirinhas.

Percebe-se que a inserção no cotidiano da escola de um trabalho de pesquisa, de informação e orientação pode ser o caminho para se implementar o protagonismo das comunidades locais, para combater um modelo excludente, tenso e destrutivo de lidar com os recursos naturais.

Desta forma, cabe citar algumas sugestões que surgiram a partir dos resultados desta pesquisa à comunidade e que são consideradas contribuições no campo econômico, social, ambiental e para a educação do campo.

No campo econômico, por se tratar de uma pesquisa de extrema relevância para a comunidade local pelo aspecto da contribuição para o âmbito da educação, do desenvolvimento rural com foco na sustentabilidade, sugere-se que como fonte de geração de renda, possa-se primar por uma organização de uma cooperativa para a agricultura familiar de forma responsável, organizada, onde os agricultores local poderão fornecimento produtos provindos dos recursos naturais para a merenda escolar da escola ali localizada, como polpa de frutas, de açaí, o próprio peixe, entre outros.

No aspecto social a contribuir é para a construção de conhecimentos individuais e coletivos que permitam à população rural, ribeirinha, agir para transformar e melhorar suas condições de vida, mantendo uma relação de valorização e respeito com o ambiente natural em que vivem.

Nesta conjuntura, enfatiza-se que é possível sim haver o desenvolvimento rural sustentável na comunidade em questão nesta pesquisa, com o uso adequado dos recursos naturais, com a sustentabilidade dos ecossistemas e que a escola possa ser atuante na implementação de um currículo que abranja as reais necessidades ribeirinhas na promoção da qualidade vida de forma comprometida e ciente de que gerações futuras dependem de ações que proporcionem o uso racional dos recursos naturais disponíveis.

Desenvolver de forma sustentável é possível, desde que aja propriedade no entendimento do que realmente é cultivar a sustentabilidade num determinado local e o compromisso por parte de todos.

No que se trata das questões ambientais é importante que haja as mudanças de posturas no sentido de que a atividade humana na comunidade ocorra de forma comprometida e responsável com a qualidade de vida da população existente e das gerações futuras, combatendo a extinção de espécies, a poluição do rio e do ar, minimizando os impactos nas questões climáticas, na destruição da camada de ozônio, no agravamento do efeito estufa e destruição de habitats, a partir de do uso racional e com equilíbrio dos recursos naturais que existem na comunidade.

Tal pesquisa poderá também impactar para a Educação Ambiental, pois há alternativas de proposta de um trabalho a ser realizado nas escolas em consonância com a biodiversidade local, e assim, no caso, a comunidade ribeirinha poderá, a partir de um trabalho coletivo, em parceria com a educação escolar, realizar o manejo dos recursos naturais específicos da forma mais adequada para não se esgotar tais recursos.

Além disso, poderá contribuir para a implementação nos currículos escolares de objetos de conhecimentos e seus objetivos que priorizem a questão ambiental de modo mais dinâmico, com compromisso e eficiência, com foco no contexto das comunidades ribeirinhas, com planejamento de estratégias que possam ser eficazes para a minimização dos impactos provocados aos recursos naturais que são ricos, ainda abundantes, por meio de um processo de sensibilização ambiental que tem como maior objetivo combater os efeitos negativos e agressivos ao meio ambiente, bem como tornar o cidadão ativo e participante em relação às ações de enfrentamento aos problemas ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, B.G. **A importância da lei 9.795/99 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para docentes.** Revista Monografias Ambientais. Santa Maria, vol, n.10, p.2148 – 2157, out./dez.,2012.

ALCÂNTARA, F. A. de; MADEIRA, N. R. **Manejo do solo no sistema de produção orgânico de hortaliças.** Brasília, DF Julho, 2008. Disponível em: <http://www.cnph.embrapa.br/organica/pdf/circular_tecnica/manejo_solo_organica.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2014.

ANDRADE, Alexandra Nascimento de. **As Potencialidades do uso dos desenhos das crianças da educação infantil para a divulgação científica.** Manaus, 2018. 115 f.

AQUINO, Rafael. **A importância do desenvolvimento sustentável para o futuro do Brasil.** Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/08/12/artigo-a-importancia-do-desenvolvimento-sustentavel-para-o-futuro-do-brasil>. Acesso em 08 set. 2023.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia.** 2. ed. revista. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003 (Coleção Poramduba).

ARROYO, M. G. (2004). **Pedagogias em movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: Currículo sem Fronteiras, v 3, n.1, pp. 28-49,nJan/Jun. Minas Gerais.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa-Portugal: Editora 70, 2010.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOGDAN, Robert.; BIKLEM, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** 12. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Poder Executivo. **PANORAMA DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA. 2021.** Informações populacionais e educacionais com base no censo 2010 e estimativas em 2021.. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/panorama>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRIGIDA, Alexsander; SANTA, Luiz Braga; RAMOS, Evandro de Moraes. **BANZEIROS DO RIO NEGRO E A ESCOLA RIBEIRINHA: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica.** Revista Teias, [S.L.], v. 61, n. 61, p. 201-217, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49645/33623>>. Acesso em 05 nov. 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso.** In: II Encontro Nacional de pesquisa sobre Educação do Campo. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>. Acesso em: 10 agos. de 2015.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** São Paulo. EDITORA CULTRIX 1996. P. 296.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

Carvalho, José Murilo de. **O MOTIVO EDÊNICO NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online], 1998.

CAVALCANTI, C. **Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva**. In: CAVALCANTI, C. (Org.) Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 1997. p. 21-40.

CLARO-JR, Luiz; FERREIRA, Efrem; ZUANON, Jansen; ARAUJO-LIMA, Carlos. **O efeito da floresta alagada na alimentação de três espécies de peixes onívoros em lagos de várzea da Amazônia Central, Brasil**. Acta Amazonica, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 133-137, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0044-59672004000100018>. Disponível em: <<https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/13100>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

CLEMENT, Charles R.; NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do N.; MARTINS, Ayrton L. Urizzi; SILVA, Gleissimar Campelo da. **Recursos frutícolas na Várzea e na terra firme em onze comunidades rurais do alto Solimões, Amazonas, Brasil**. Acta Amazonica, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 521-521, set. 2001. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43922001313527>. <Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/13106>>. Acesso em 6 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. RESOLUÇÃO CNS Nº 510: RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 7 DE ABRIL DE 2016. 1 ed. Brasília: Cns, 2016. 3 p. Disponível em: <https://www.cep.ufam.edu.br/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

DACACHE, Fabiana Modesto. **Uma proposta de educação Ambiental usando o lixo como tema interdisciplinar**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

DÍAZ, Alberto. **Educação Ambiental como Projeto**. 2.ed.. Porto Alegre:. Artmed, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. São Paulo: 1994.

Durand, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1995

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – Do agrário ao Territorial**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 2006.

GASCON, Claude; MOUTINHO, Paulo (ed.). **Floresta amazônica: dinâmica, regeneração e manejo**. Manaus: Inpa, 1998. 373 p.

GARNICA, Antônio V. C. **Algumas Notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia. Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, São Paulo, v.1, n.1,1997.

GONÇALVES, C. M., MARIANI, M. E., MIRANDA, M., SALGADO, S. R. T. **Percepção Ambiental de Professores da Faculdade UNIVIX**, Vitória, ES. Prêmio Conselho Superior de meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. 2003.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social**: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113.

JESUS, Edilza Laray de. **Educação e Desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da faculdade de Educação da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009.

MARX, K. **Para crítica da economia política: salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.). **Por uma educação básica do campo: memória**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage? Qu'est-ce qu'un beau paysage? In: ROGER, Alain (sous la direction). *La Théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995 (Collection Pays/Paysages) p. 42-73. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bagf_0004_5322_1966_num_43_346_5790>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LEITE, Eugênio B. **Diagnóstico Sócio Ambiental Participativo – Uma proposta para subsidiar os estudos de percepção ambiental em comunidades**, 2009.

MAROUN, Kalyla; VIEIRA, Valdo. **Imaginário Social e Educação Física: um novo olhar sobre a cultura corporal de movimento**. R. da Educação Física/Uem, Maringá, v. 18, n. 2, p. 219-225, jul. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3278/2344>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MENEZES, Rafael; SOUZA, Bartolomeu Israel. **Manejo sustentável dos recursos naturais em uma comunidade rural do semiárido nordestino**. Cadernos do Logepa v. 6, n. 1, p. 41-57, jan./jun.2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni. **O sentimento de pertença em crianças da educação infantil em relação à água em espaços educativos**. Dissertação de Mestrado pelo PGSS – Educação em Ciência na Amazônia – Universidade Estadual do Amazonas. Manaus, 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Meridional,2005.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Imaginário social e a educação: uma aproximação necessária.** Perspectiva, Florianópolis, v. 11, n. 19, p. 131-142, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9173/8512>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

PAVIANI, J. **Ciência, educação, educação científica.** In: **Linguagem, Ciências e valores sobre as representações humanas no mundo.** Organizado por Sofia Stein e Evaldo Kuiava. Caxias do Sul: Educs, 2006.

PIRES-O'BRIEN, Maria Joaquina; O'BRIEN, Carl Michael. **Ecologia e modelamento de florestas tropicais.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1995.

REIGOTA, Marcos. **A Educação Ambiental Frente Aos Desafios Contemporâneos.** Educ. Pesqui. vol.36 no.2 São Paulo May/Aug. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 16 de setembro 2023.

RIGG, Jonathan. **Os desafios do Século XXI das comunidades rurais.** v. 34, n. 1, 2006, p. 180-202.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir.** São Paulo: Revista dos Trbunais, 1986.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 511-531, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 6 nov. 2021

SOARES, Maria Gercilia Mota; FREITAS, Carlos Edwar Carvalho; OLIVEIRA, Ana Cristina Belarmino de. **Assembleias de peixes associadas aos bancos de macrófitas aquáticas em lagos manejados da Amazônia Central, Amazonas, Brasil.** Acta Amazonica, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 143-152, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0044-59672014000100014>. Disponível em: <<https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/13069/1/artigo-inpa.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

TROPPEMAIR, Helmut. **Biogeografia e Meio Ambiente.** Rio Claro: Divisa, 2006. TUAN, Yi-fu. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente,** RJ. Ed. DIFEL, 1980.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente,** Rio de Janeiro: tradução: DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1974.

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WILLERDING, André Luis; OLIVEIRA, Luiz Antonio de. **Diagnóstico de um projeto de enriquecimento florestal na Comunidade do Brasileirinho**. Manaus, Amazonas. Acta Amazonica, [S.L.], v. 35, n. 4, p. 421-426, dez. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0044-59672005000400006>. Disponível em:

<<https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/13080/1/artigo-inpa.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; LEAL, Júlio César. **Educação para a Sustentabilidade: a proposta da Alfabetização Ecológica**. Revista das Faculdades Adventistas da Bahia Formadores:vivências e estudos, Cachoeira, v. 3, n. 1, 2010.

VEIGA, José Eli (2005-a). **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro:Garamond.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010



APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DOS AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA RECURSOS AMAZÔNICOS

ROTEIRO DA ENTREVISTA DA PESQUISA INTITULADA:

**O IMAGINÁRIO SOCIAL DOS AGENTES EDUCACIONAIS SOBRE O MANEJO
DOS RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL: O CASO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
NA COSTA DA CONCEIÇÃO/ ITACOATIARA – AM**

Senhores agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, participantes da pesquisa de título descrito acima, este roteiro de entrevista será realizado com vossas senhorias cumprindo o que foi definido na autorização para esta pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa sob o parecer de nº 6.485.762

1) Qual é a sua idade? Qual é a sua naturalidade, Qual é o seu estado civil? Há quanto tempo residência no local? Como é a sua composição familiar? Qual é a sua escolaridade e a dos membros da família? Qual é principal dificuldade de estudo na comunidade? Qual é a fonte principal e secundária de renda da família? Qual é destino dos produtos agroextrativistas da comunidade? Recebe algum auxílio financeiro do governo? Qual é renda mensal da família?

2) Discorra sobre como a comunidade utiliza os recursos naturais para sobrevivência e fins econômicos.

- 3) Qual é a sua percepção sobre o manejo dos recursos naturais da comunidade local para o desenvolvimento rural sustentável?
- 4) Como você percebe as contribuições da escola com as boas práticas no uso de recursos naturais?
- 5) Comente sobre os principais problemas socioambientais existentes na comunidade e que ações de educação ambiental a escola realiza.
- 6) Que recursos naturais você percebe como mais abundantes na comunidade: pescado, frutas, extrativismos, dentre outros?
- 7) Como você percebe a relação da comunidade com a escola nas diferentes épocas do ano, como época chuvosa, época da cheia, vazante?



Termo de anuência

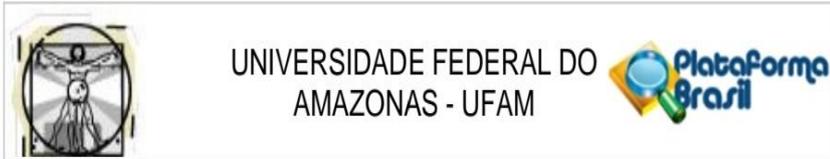
Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo a execução do projeto de pesquisa intitulado "O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável : o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM", que será realizada na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora professora Rosa Marília Rosas Lira, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição , no período de 20.11 a 20.12.2023, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP – Plataforma Brasil.

Itacoatiara, 16 de outubro de 2023


Rosekeury Lamego de Oliveira
GS nº 635, 06 de Julho de 2020

Rosekeury Oliveira Lamego

Coordenadora Regional de Educação de Itacoatiara



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara - AM

Pesquisador: ROSA MARILIA ROSAS LIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 74228923.5.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.485.762

Apresentação do Projeto:

A proposta de pesquisa O imaginário social dos agentes educacionais na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição – Itacoatiara sobre o desenvolvimento rural sustentável é importante por se tratar de uma temática socioambiental e educacional frente à uma comunidade ribeirinha. Conhecer o imaginário social dos professores e demais agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva sobre o desenvolvimento rural sustentável é fundamental para contribuir com a melhoria da gestão das práticas do uso adequado da terra e dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade, para a redução da pobreza e para a readequação curricular e de práticas pedagógicas que levem em conta as necessidades da comunidade ribeirinha em questão. Neste contexto as hipóteses científicas são: Como é o imaginário social dos agentes educacionais na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição/Itacoatiara sobre desenvolvimento rural da comunidade? Considerando a riqueza de recursos naturais na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição, qual é o papel da escola quanto ao desenvolvimento rural sustentável desta comunidade? A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como é o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, localizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição/Itacoatiara, sobre o manejo dos recursos naturais e a atuação da escola no desenvolvimento rural sustentável. Os objetivos específicos são: Caracterizar

Endereço: Rua Teresina, 4950

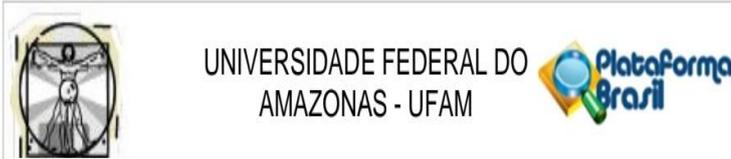
Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.485.762

socioeconomicamente os comunitários da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição; Identificar a percepção dos professores atuantes na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na Comunidade Nossa Senhora das Graças, Costa da Conceição/Itacoatiara, sobre o manejo de recursos naturais no desenvolvimento rural sustentável da comunidade; Identificar o papel da escola no desenvolvimento rural sustentável na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara. A metodologia aborda a perspectiva qualitativa do tipo estudo de caso, tendo como técnicas da pesquisa a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante. Quanto aos impactos esperados na área do conhecimento, ambiental e sociedade é a de que se possa contribuir para a construção de conhecimentos individuais e coletivos e a criação de capacidades humanas, técnicas, culturais, políticas que permitam à população rural, ribeirinha, agir para transformar e melhorar suas condições de vida.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o papel do imaginário social dos agentes da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva da Comunidade de Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição no município de Itacoatiara – AM sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar socioeconomicamente os comunitários da Costa da Conceição; - Conhecer a percepção ambiental dos professores atuantes em escolas de comunidades rurais de Itacoatiara/AM sobre manejo de recursos amazônicos e desenvolvimento rural.- Identificar o papel da escola no desenvolvimento rural sustentável na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara – AM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o/a pesquisador(a) responsável:

Riscos:

Toda pesquisa com humanos apresenta riscos e a pesquisa em questão apresenta como riscos, além do fato dos participantes da pesquisa poder se sentir constrangido com alguma pergunta e não querer responder, participar, tem o fato de a pesquisa ser realizado em uma comunidade ribeirinha distante, que necessita de travessia do rio e isto pode deixar o pesquisador em vulnerabilidade. Porém, irá buscar-se um transportador

cadastrado na Marinha Fluvial e adotar todas as medidas de segurança. Quanto aos participantes, o risco que há é o de receber um pesquisador que não é de seu convívio diário e que poderá acarretar o contágio de viroses, como as gripais, mas será garantido o cuidado devido, inclusive

Endereço: Rua Teresina, 4950	
Bairro: Adrianópolis	CEP: 69.057-070
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.485.762

com a apresentação da carteira de vacinação atualizada.

Benefícios:

Contribuir para os estudos das universidades na área da Educação ambiental, educação do campo com a divulgação do resultado da pesquisa, apresentando a forma como uma comunidade ribeirinha pode utilizar a sustentabilidade, os recursos naturais específicos e que é possível incluir nos currículos escolares os objetos de conhecimentos e seus objetivos que priorizem a questão ambiental de modo mais dinâmico, com compromisso,

com foco no contexto das comunidades ribeirinhas, com planejamento de estratégias que possam ser eficazes para a minimização dos impactos provocados aos recursos naturais que são ricos, abundantes, por meio de um processo de sensibilização ambiental que tem como foco combater os efeitos negativos e agressivos ao meio ambiente, bem como tornar o cidadão ativo e participante em relação às ações de enfrentamento aos problemas ambientais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Desenho:

O projeto de pesquisa de título: O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável surgiu no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos amazônicos, da Universidade Federal do Amazonas, e será realizado na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM. O público da pesquisa são os agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva e é um estudo de caso com uma metodologia que aborda a perspectiva qualitativa tendo como técnicas da pesquisa a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante. Quanto aos impactos esperados na área do conhecimento, ambiental e sociedade é a de que se possa contribuir para a construção de conhecimentos individuais e coletivos e a criação de capacidades humanas, técnicas, culturais, políticas que permitam à população rural, ribeirinha, agir para transformar e melhorar suas condições de vida.

Hipótese:

Nesse contexto, a pergunta norteadora dessa pesquisa é: Como é o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/Itacoatiara -AM- sobre o manejo de recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável?

METODOLOGIA PROPOSTA:

A pesquisa do tipo estudo de caso, para Yin (2010) pode contemplar um único caso ou casos múltiplos, sendo que para realização dessa pesquisa, será de casos múltiplos, ou seja,

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

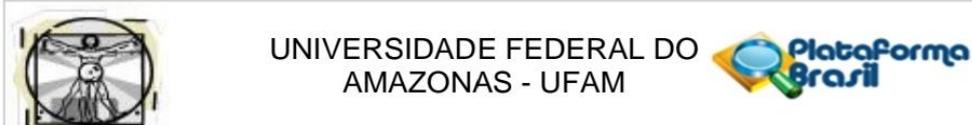
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.485.762

envolvendo mais de uma escola da Zona Rural. Yin (2010) sustenta que as evidências científicas em pesquisas com estudo de caso múltiplo são mais robustas e se enquadra bem nos objetivos dessa pesquisa envolvendo comunidades escolares visto que este teórico metodológico exemplifica que estudos sobre inovações escolares, em que as escolas adotam alguma inovação, seja curricular, de práticas, de procedimentos ou outras inovações, tem-se que cada escola pode ser vista como um elemento da pesquisa, mas a pesquisa como um todo cobre mais de uma escola, e dessa forma usa um projeto de casos múltiplos. As técnicas de pesquisa serão a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental. Seguindo a terminologia de Vergara (2009) a técnica de investigação documental considera documentos de órgãos públicos ou privados de qualquer natureza ou de posse de pessoas, que podem ser registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, comunicações informais, dentre outros.

Critério de Inclusão:

Os critérios de inclusão dos sujeitos na pesquisa se baseiam em fazer parte da comunidade escolar da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na Costa da Conceição/Itacoatiara – AM, em uma das três comunidades escolares situadas na zona rural do Município de Itacoatiara. A participação dos sujeitos será voluntária e os critérios de exclusão se limitam a não querer participar da pesquisa ou algum fator impeditivo como estar afastado do trabalho ou acometido por algum problema relacionado à questão da Pandemia. As entrevistas serão gravadas em gravador digital e na sequência serão transcritas na íntegra.

Metodologia de Análise de Dados:

Os dados coletados nas três fases serão analisados por meio de análise de conteúdo segundo Bardin (2010), que se refere à análise de conteúdo como a utilização de procedimentos sistemáticos para descrever os conteúdos levantados na pesquisa, fazendo a inferência de conhecimentos por indução, tendo as abstrações emergindo e se consolidando de baixo para cima, de forma interpretativa.

Desfecho Primário:

Como a pesquisa não é clínica, não há desfecho primário e nem secundário.

Desfecho Secundário:

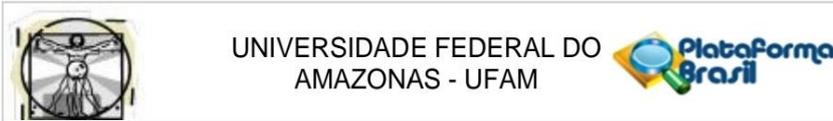
Como a pesquisa não é clínica, não há desfecho secundário.

Tamanho da Amostra no Brasil: 10

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em ciência e tecnologia

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.485.762

para recursos amazônicos, intitulado "O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM", pesquisadora Rosa Marília Rosas Lira, equipe de pesquisa e orientador: Prof. Dr. MAXIMO ALFONSO RODRIGUES BILLACRES. É um estudo de caso com uma metodologia que aborda a perspectiva qualitativa tendo como técnicas da pesquisa a análise documental, a entrevista semiestruturada com 10 participantes e a observação participante. Os dados coletados nas três fases serão analisados por meio da análise de conteúdo segundo Bardin.

Concernente à documentação obrigatória apresentada ao CEP, registra-se que:

TERMO DE ANUÊNCIA: ADEQUADO;
 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR: APRESENTADA;
 INSTRUMENTOS DA PESQUISA: ADEQUADO;
 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: ADEQUADOS;
 CRONOGRAMA: ADEQUADO (coleta de dados - novembro de 2023);
 PROJETO BÁSICO: ADEQUADO;
 FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA;
 TCLE: ADEQUADO;
 RISCOS E BENEFÍCIOS: ADEQUADOS;
 ORÇAMENTO: ADEQUADO (financiamento próprio no valor de R\$ 2.497,00).

Recomendações:

Cabe ao pesquisador responsável o cumprimento das recomendações feitas nos pareceres do CEP - CONEP, antes de autorizar o início da pesquisa.

Pesquisador(a) esclareça suas dúvidas, consultando a página do CEP em www.cep.ufam.edu.br

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer pela APROVAÇÃO do projeto, pois o pesquisador CUMPRIU INTEGRALMENTE com as determinações da Resolução 466/12 no que concerne aos termos de apresentação obrigatória, acima mencionados. Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares.

Atenção! "O pesquisador deve enviar por Notificação os relatórios parciais e final. (item XI.d. da Res 466/2012-CNS), por meio da Plataforma Brasil e manter seu cronograma atualizado, solicitando por Emenda eventuais alterações antes da finalização do prazo inicialmente previsto.

SMJ

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

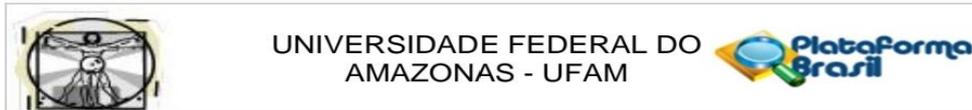
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.485.762

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213859.pdf	20/10/2023 16:05:16		Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	20/10/2023 16:04:21	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	16/10/2023 23:21:56	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_atual.docx	16/10/2023 23:16:23	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_etico_dos_pesquisadores.pdf	16/10/2023 23:13:09	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/09/2023 19:44:36	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
Outros	Questionario.docx	16/09/2023 13:06:44	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	16/09/2023 12:56:40	ROSA MARILIA ROSAS LIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 06 de Novembro de 2023

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: MANAUS CEP: 69.057-070
Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA RECURSOS AMAZÔNICOS



Título do Estudo: O IMAGINÁRIO SOCIAL DOS AGENTES EDUCACIONAIS SOBRE O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NA COSTA DA CONCEIÇÃO/ ITACOATIARA – AM

Pesquisador Responsável: ROSA MARÍLIA ROSAS LIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa O imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição/ Itacoatiara – AM. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar como é o imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, localizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição/Itacoatiara, sobre o manejo dos recursos naturais e a atuação da escola no desenvolvimento rural sustentável.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: primeiro você é um agente educacional da escola em pesquisa; segundo, sua participação agregará muito na contribuição da pesquisa; terceiro, é de fundamental importância que saibamos o que você pensa sobre o assunto em questão; e, quarto, todos os procedimentos adotados serão de aplicação onde não acarretará nenhum constrangimento, ou seja, você poderá interromper sua participação em qualquer momento, se assim desejar.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa poderão ser apenas possíveis situações ligadas ao emocional, como, não se sentir confortável em responder as questões, como também sentir-se constrangido ao expor sua opinião sobre as questões levantadas. Lembrando que a quebra do sigilo e confidencialidade dos dados pode ocorrer em qualquer pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são as oportunidades de reflexão sobre a temática pedagógica mediante uma educação que inclua em seu fazer docente, administrativo e pedagógico a contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, como também, proporcionar a toda comunidade uma compreensão de que os recursos naturais ali existentes podem ser utilizados de forma comprometida não somente as gerações do momento, mas com as gerações futuras, daí a necessidade de implementar esta pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhum custo para participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Logo, este trabalho contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto estudado.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a)

Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você receba ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, porém, poderá receber por despesas decorrentes de sua participação: despesas de transporte e alimentação. A partir da apresentação de nota fiscal referente ao pagamento do serviço prestado em relação a pesquisa, o reembolso será realizado através de pagamento via Pix para a conta pessoal do pesquisado. Essas despesas serão pagas pelo orçamento da pesquisa.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Rosa Marília Rosas Lira, pelo telefone 92991199342, endereço Avenida 07 de Setembro, 69- centro, na cidade de Itacoatiara/AM, no horário de 08:00 às 12:00 e/ou pelo e-mail rosamariliarosas@gmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Endereço: Rua Terezina, 4950, bairro Adrianópolis - Cep: 69.057-070, Manaus/AM, Telefone: (92) 3305-1181, ramal 2004/ Email: cep.ufam@gmail.com

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: _____

_____ Nome do participante ou responsável	Data: ____/____/____
_____ Assinatura do participante ou responsável	

Eu, ROSA MARILIA ROSAS LIRA, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4 da Resolução nº 466/2012 MS.

 Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: ____/____/____
--	----------------------

Lotação dos servidores terceirizados da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva – Fonte:
Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara - AM



Ofício N°. 012/2023-EEANS/SEDUC

Itacoatiara-AM, 04 de setembro de 2023.

Da: Escola Estadual Anília Nogueira da Silva
Diego Pereira Cardoso dos Santos
Para: Pesquisadora Rosa Marília Rosas Lira

Assunto: Solicitação de relação de servidores terceirizados;

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, através do presente, para encaminhar relação de servidores terceirizados Escola Estadual Anília Nogueira da Silva-396.

- *Cristiane Pinheiro Moraes*
- *Maria Núbia da Silva Nogueira*
- *Marcos Nogueira Mota*

Para mais informações no colocamos a disposição.

Atenciosamente,

Diego Pereira Cardoso dos Santos
Gestor
Esc. Est. Anília Nogueira da Silva
GS nº 248, da 2ª de Março de 2011.



Av. João Valério, 722 - Jazuri
Itacoatiara-AM. CEP 69.104-120
E-mail: coorditacoatiara@seduc.am.net

www.amazonas.am.gov.br
twitter.com/GovernodoAM
youtube.com/governodoamazonas
facebook.com/governodoamazonas

**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E DESPORTO**
AVENIDA WALDOMIRO LUSTOSA,
250 - JAPIM II - CEP: 69076-830

Lotação dos servidores efetivos da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva

Fonte: SIGEAM: Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas disponibilizado pela Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara - AM

10:00:46	Lotações de Servidores por Escola		28/08/23					
			PAG. 001					
Ano: 2023 Local: 396 ESCOLA ESTADUAL ANILIA NOGUEIRA DA SILVA								
Turno : Município: 29 ITACOATIARA								
Matricula	Numero ILS	Funcao	TL	CG	RC	Hs	Si	Nome
01.252813-4A	2019.02476	PROF.	AC	N	NN	00	DS	DIEGO PEREIRA CARDOSO DOS SAN
01.245326-6B	2012.05502	PROF.	PS	S	NN	13		DULCINETE DA GRANA COSTA
01.214292-9C	2011.03226	PROF.	PS	S	NN	13		ITAMAR DOS SANTOS CRUZ
01.225214-7D	2013.04833	PROF.	AC	N	NN	00	DS	MACILENE DA SILVA MENEZES
01.225214-7D	2013.04833	PROF.	AC	S	NN	13		MACILENE DA SILVA MENEZES
01.167087-5B	2001.05096	PROF.	EF	S	NN	13		MARENIZE LEAL NOGUEIRA
01.187845-0E	2005.01099	PROF.	EF	S	NN	20		MARILUCIA DA SILVA ARAUJO CRU
01.245318-5B	2018.01902	PROF.	PS	S	NN	13		NARA CHEILA DRUMOND ALVES
01.256294-4A	2020.00972	PROF.	PS	S	NN	13		ROBERTO OLIVEIRA DO AMARAL FI
01.202185-4G	2009.02546	PROF.	PS	S	NN	13		SUELI CORREIA DE CASTRO
01.252813-4A	2019.02476	PROF.	AC	N	NN	00	DS	DIEGO PEREIRA CARDOSO DOS SAN
01.214292-9C	2011.03226	PROF.	PS	S	NS	15		ITAMAR DOS SANTOS CRUZ
01.225214-7E	2013.04833	PROF.	PS	S	NN	20		MACILENE DA SILVA MENEZES
01.245318-5B	2018.01902	PROF.	PS	S	NN	20		NARA CHEILA DRUMOND ALVES
01.256294-4A	2020.00972	PROF.	PS	S	NN	20		ROBERTO OLIVEIRA DO AMARAL FI
01.202185-4F	2009.02546	PROF.	EF	S	NN	20		SUELI CORREIA DE CASTRO
01.196701-0E	2007.02001	PROF.	EF	N	NN	00	DS	CRISTINA PALHETA TAVARES DOS
01.252813-4A	2019.02476	PROF.	EF	N	NN	00	DS	DIEGO PEREIRA CARDOSO DOS SAN
01.245326-6B	2012.05502	PROF.	PS	S	NN	20		DULCINETE DA GRANA COSTA
01.225214-7D	2013.04833	PROF.	EF	S	NN	20		MACILENE DA SILVA MENEZES
01.187845-0E	2005.01099	PROF.	EF	S	NN	20	AF	MARILUCIA DA SILVA ARAUJO CRU
01.202185-4F	2009.02546	PROF.	AC	S	NN	20		SUELI CORREIA DE CASTRO
								Total Ativos.....: 16
								Total Desativados.: 5
								Total Afastados....: 1
								Total Substituidos: 0
								Total Removidos....: 0
								Total Geral.....: 22

08:26:35	Quadro de Carga Horária	27/03/24
		PAG. 001
Ano: 2024 Escola: 396 EE ANILIA DA SILVA - Total Cargas: 33		
Servidor / Escola	Turno CH Ensino Curso/Proj F Tur Objeto	Hr Si
MARILUCIA DA SILVA ARA	MAT 13	20240011789
Matric.: 01187845-0E	VINCULO: A Hab.: HISTFORL	
038 FUND	05 01 0004 HIST 1 038 FUND	04 01 0004 HIST 1
035 FUND	03 01 0004 HIST 1 035 FUND	02 01 0004 HIST 1
035 FUND	01 01 0004 HIST 1 038 FUND	05 01 0010 ENSRE 1
038 FUND	04 01 0010 ENSRE 1 035 FUND	03 01 0010 ENSRE 1
035 FUND	02 01 0010 ENSRE 1 035 FUND	01 01 0010 ENSRE 1
035 FUND	03 01 0893 ART 1 035 FUND	02 01 0893 ART 1
035 FUND	01 01 0893 ART 1	

Carga Sem Professor	MAT 10	20240011799
035 FUND	01 01 0008 EDFIS 2 035 FUND	02 01 0008 EDFIS 2
035 FUND	03 01 0008 EDFIS 2 038 FUND	04 01 0008 EDFIS 2
038 FUND	05 01 0008 EDFIS 2	

DULCINETE DA GRANA COS	MAT 13	20240011816
Matric.: 01245326-6B	VINCULO: F Hab.: PEDAGOG LI	
035 FUND	01 01 0005 MAT 5 035 FUND	01 01 0019 LPORT 8

SUELI CORREIA DE CASTR	MAT 13	20240011819
Matric.: 01202185-4G	VINCULO: F Hab.: PEDAGOG LI	
035 FUND	02 01 0005 MAT 5 035 FUND	02 01 0019 LPORT 8

ROBERTO OLIVEIRA DO AM	MAT 13	20240011835
Matric.: 01256294-4A	VINCULO: F Hab.:	
035 FUND	03 01 0005 MAT 5 035 FUND	03 01 0019 LPORT 8

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	MAT 13	20240011841
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
038 FUND	04 01 0005 MAT 6 038 FUND	04 01 0019 LPORT 7

MARENIZE LEAL NOGUEIRA	MAT 13	20240011843
Matric.: 01167087-5B	VINCULO: A Hab.: FORPEDG	
038 FUND	05 01 0005 MAT 6 038 FUND	05 01 0019 LPORT 7

Carga Sem Professor	MAT 10	20240011848
038 FUND	04 01 0003 GEO 1 038 FUND	05 01 0003 GEO 1
035 FUND	01 01 0003 GEO 1 035 FUND	02 01 0003 GEO 1
035 FUND	03 01 0003 GEO 1 038 FUND	04 01 0505 CIEN 1
035 FUND	03 01 0505 CIEN 1 038 FUND	05 01 0505 CIEN 1
038 FUND	04 01 0893 ART 1 038 FUND	05 01 0893 ART 1

Carga Sem Professor	MAT 02	20240033529
035 FUND	02 01 0505 CIEN 1 035 FUND	01 01 0505 CIEN 1

Carga Sem Professor	MAT 20	20240077256
035 FUND	02 01 0655 APOIO 20	

Carga Sem Professor	VES 20	20240011958
039 FUND	MED 06 01 0003 GEO 3 039 FUND	MEDIA 06 01 0004 HIST 3

REVIEWS

08:26:35	Quadro de Carga Horária						27/03/24
							PAG. 002
Ano: 2024 Escola: 396 EE ANILIA DA SILVA - Total Cargas: 33							
Servidor / Escola	Turno	CH	Ensino	Curso/Proj	F	Tur Objeto	Hr Si
039 FUND MED 06 01	0005	MAT	5	039 FUND	MEDIA 06 01	0008 EDFIS	2
039 FUND MED 06 01	0010	ENSRE	1	039 FUND	MEDIA 06 01	0019 LPORT	5
039 FUND MED 06 01	0505	CIEN	3	039 FUND	MEDIA 06 01	0703 LESM	2
039 FUND MED 06 01	0893	ART	1				

Carga Sem Professor		VES	20				20240011960
039 FUND MED 07 01	0003	GEO	3	039 FUND	MEDIA 07 01	0004 HIST	3
039 FUND MED 07 01	0005	MAT	5	039 FUND	MEDIA 07 01	0008 EDFIS	2
039 FUND MED 07 01	0010	ENSRE	1	039 FUND	MEDIA 07 01	0019 LPORT	5
039 FUND MED 07 01	0505	CIEN	3	039 FUND	MEDIA 07 01	0703 LESM	2
039 FUND MED 07 01	0893	ART	1				

ROBERTO OLIVEIRA DO AM		VES	20				20240011973
Matric.: 01256294-4A		VINCULO:	F	Hab.:			
039 FUND MED 08 01	0003	GEO	3	039 FUND	MEDIA 08 01	0004 HIST	3
039 FUND MED 08 01	0005	MAT	5	039 FUND	MEDIA 08 01	0008 EDFIS	2
039 FUND MED 08 01	0010	ENSRE	1	039 FUND	MEDIA 08 01	0019 LPORT	5
039 FUND MED 08 01	0505	CIEN	3	039 FUND	MEDIA 08 01	0703 LESM	2
039 FUND MED 08 01	0893	ART	1				

MACILENE DA SILVA MENE		VES	20				20240011983
Matric.: 01225214-7E		VINCULO:	F	Hab.:		PEDAGOG LI	
039 FUND MED 09 01	0003	GEO	3	039 FUND	MEDIA 09 01	0004 HIST	3
039 FUND MED 09 01	0005	MAT	5	039 FUND	MEDIA 09 01	0008 EDFIS	2
039 FUND MED 09 01	0010	ENSRE	1	039 FUND	MEDIA 09 01	0019 LPORT	5
039 FUND MED 09 01	0505	CIEN	3	039 FUND	MEDIA 09 01	0703 LESM	2
039 FUND MED 09 01	0893	ART	1				

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ		VES	02				20240048611
Matric.: 01214292-9C		VINCULO:	F	Hab.:		HISTFORL	
098 ENSIN	01 01	0003	GEO	2			

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ		VES	02				20240048613
Matric.: 01214292-9C		VINCULO:	F	Hab.:		HISTFORL	
098 ENSIN	01 01	0004	HIST	2			

Carga Sem Professor		VES	04				20240048615
098 ENSIN	01 01	0005	MAT	4			

Carga Sem Professor		VES	02				20240048616
098 ENSIN	01 01	0008	EDFIS	2			

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ		VES	02				20240048618
Matric.: 01214292-9C		VINCULO:	F	Hab.:		HISTFORL	
098 ENSIN	01 01	0014	LININ	2			

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ		VES	04				20240048621
Matric.: 01214292-9C		VINCULO:	F	Hab.:		HISTFORL	
098 ENSIN	01 01	0019	LPORT	4			

08:26:35	Quadro de Carga Horária	27/03/24
		PAG. 003
Ano: 2024 Escola: 396 EE ANILIA DA SILVA - Total Cargas: 33		
Servidor / Escola	Turno CH Ensino Curso/Proj F Tur Objeto	Hr Si
Carga Sem Professor	VES 02	20240048624
098 ENSIN 01 01 0021 FISIC 2		

Carga Sem Professor	VES 02	20240048628
098 ENSIN 01 01 0022 QUIM 2		

Carga Sem Professor	VES 02	20240048633
098 ENSIN 01 01 0023 BIOLO 2		

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	VES 01	20240048634
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
098 ENSIN 01 01 0487 SOCIO 1		

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	VES 01	20240048636
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
098 ENSIN 01 01 0574 FILO 1		

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	VES 01	20240048638
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
098 ENSIN 01 01 0893 ART 1		

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	VES 02	20240048639
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
098 ENSIN 01 01 1634 PVIDA 2		

ITAMAR DOS SANTOS CRUZ	VES 02	20240048643
Matric.: 01214292-9C	VINCULO: F Hab.: HISTFORL	
098 ENSIN 01 01 1652 PINTE 2		

Carga Sem Professor	VES 01	20240048644
098 ENSIN 01 01 1653 CDIGI 1		

Carga Sem Professor	VES 01	20240048648
098 ENSIN 01 01 1654 EFFEM 1		

SUELI CORREIA DE CASTR	NOT 20	20240012168
Matric.: 01202185-4F	VINCULO: A Hab.: PEDAGOG LI	
098 ENSIN MED 02 01 0003 GEO 1	098 ENSIN MEDIA 02 01 0004 HIST 1	
098 ENSIN MED 02 01 0005 MAT 2	098 ENSIN MEDIA 02 01 0008 EDFIS 1	
098 ENSIN MED 02 01 0014 LININ 1	098 ENSIN MEDIA 02 01 0019 LPORT 2	
098 ENSIN MED 02 01 0021 FISIC 1	098 ENSIN MEDIA 02 01 0022 QUIM 1	
098 ENSIN MED 02 01 0023 BIOLO 1	098 ENSIN MEDIA 02 01 0487 SOCIO 1	
098 ENSIN MED 02 01 0574 FILO 1	098 ENSIN MEDIA 02 01 0893 ART 1	
098 ENSIN MED 02 01 1634 PVIDA 2	098 ENSIN MEDIA 02 01 1652 PINTE 2	
098 ENSIN MED 02 01 1654 EFFEM 2	098 ENSIN MEDIA 02 01 1701 BIODI 4	
098 ENSIN MED 02 01 1702 CLIMA 3	098 ENSIN MEDIA 02 01 1742 POVAM 4	

MACILENE DA SILVA MENE	NOT 20	20240012172
Matric.: 01225214-7D	VINCULO: A Hab.: PEDAGOG LI	
098 ENSIN MED 01 01 0003 GEO 2	098 ENSIN MEDIA 01 01 0004 HIST 2	

Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva – Capa e justificativa

Fonte: Secretaria da escola

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
ESCOLA ESTADUAL ANÍLIA NOGUEIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ITACOATIARA-AM

2022

JUSTIFICATIVA

Acreditar que a educação pode promover a superação das desigualdades sociais, conduz a reflexões importantes quanto ao papel da escola e quanto ao perfil de alunos que queremos formar. Pois, segundo Paulo Freire, o “Importante na escola não é só estudar, é também criar laços de amizade e convivência.” Nesse sentido, podemos considerar a escola um espaço apropriado para a construção de conhecimentos e saberes necessários à vida em sociedade. Assim sendo, faz-necessário a produção de um documento capaz de descrever a essência das ações desenvolvidas nesses espaços, exigência essa que se tornou oficial a partir da LDB de 1996 a qual ressalta que, “a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração (LDB, 1996). Destaca-se também que o projeto político pedagógico é o documento norteador das ações múltiplas na escola e, portanto, é fruto de produção coletiva. Padilha descreve que: No planejamento dialógico, atribui-se a cada segmento escolar responsabilidades específicas, mas integradas entre si, que possibilitem o efetivo exercício da cidadania ativa. Uma característica muito importante desta visão de planejamento educacional é que todos os “sujeitos coletivos” ou os segmentos que estarão participando do processo, estão presentes desde o primeiro momento, isto é, participam da própria decisão de se planejar, desde a sua concepção, passando pela realização coletiva da Carta Escolar ou da Etnografia da Escola (ou seja, do diagnóstico escolar, segundo denominação utilizada no planejamento participativo), até o momento do replanejamento, que decorre da necessária, contínua e permanente avaliação das ações implementadas e implantadas (PADILHA, 2005, p. 6). A Escola Estadual Anília Nogueira da Silva é fundamentada pela LDB 9.394/96. As resoluções e pareceres do CEE/AM definem as ações técnicas, administrativas e pedagógicas a serem aplicadas em seu fazer diário, tendo consciência do tipo de homem e sociedade que se quer construir, segundo os paradigmas do contexto sociocultural atual, prestando serviços educacionais à comunidade do campo, fortalecendo o respeito mútuo, a (re)construção individual e coletiva de conhecimentos científicos universais, porém relacionados criticamente aos saberes populares e o aprofundamento teórico que favoreça a práxis pedagógica progressista que atendam aos pilares da educação do século XXI. Dessa forma, a proposta de falar sobre o Projeto Político Pedagógico como instrumento a ser elaborado, requer muito mais que partir em busca de apreciação de conceitos, é ir além, objetivando bases sólidas, com perspectiva de ações coletivas adequadas à realidade.

REGISTROS DE CAMPO







